



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

CNPJ: 60.975.174/0001-00

ANS – N° 31421-8

CONSELHO DELIBERATIVO

VALDIR PEREIRA VENTURA – PRESIDENTE

BENJAMIM SEQUEIRA BARREIRA – 1º VICE PRESIDENTE

JOÃO ATILIO PIGNATARO – 2º VICE PRESIDENTE

CONSELHO FISCAL

LUCAS BASTA

FLAVIO LACERDA AMENDOLA

PAULO NICOLINO DE FREITAS

DIRETORIA

CLAUDIO CAETANO LIBERATORI – DIRETOR PRESIDENTE

VASCO AGOSTINHO CORREIA MONTEIRO – 1º VICE-PRESIDENTE

ADRIANO SOARES FONTES – 2º VICE-PRESIDENTE

HELICIO VALÉRIO PASSOS – SECRETÁRIO GERAL

RICARDO OLECHNOVICIUS -1º SECRETÁRIO

RIVADAVIA AMARAL GONÇALVES – 2º SECRETÁRIO

DAVID ANTONIO MARQUES FERREIRA – TESOUREIRO GERAL

IVANI POTENZA CARILLO – 1º TESOUREIRO

FRANCISCO DE LACERDA AMENDOLA – 2º TESOUREIRO

JOSÉ CIRILO SOUSA CALDEIRA – DIRETOR DE PATRIMÔNIO

PERCILIA NICOLINO DE FREITAS – DIRETORA SOCIAL

CONTADORA

ELIZABETH POPP LEME

CRC SP149012

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao Conselho Deliberativo e aos Associados,

A Diretoria da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO** submete às vossas apreciações as suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Ao completar 114 anos de existência e credibilidade, a Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão caminha de forma benéfica rumo à qualidade no atendimento assistencial (Plano de Saúde), ambulatorial, pronto-socorro e unidade hospitalar, através de constantes aperfeiçoamentos das equipes médicas e buscando cada vez mais melhorias e ampliações nas suas instalações e serviços.

ÍNDICE

I – CONJUNTURA ECONÔMICA.....	4
II – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR.....	5
III – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE	8
IV – PRINCIPAIS ÍNDICES DO MERCADO.....	11
V – DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT	13
VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA	13
VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE.....	20
VIII – RECURSOS HUMANOS	22
IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	23
X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS.....	24
XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	255
XII – PERSPECTIVAS PARA 2025.....	277

I – CONJUNTURA ECONÔMICA

O número de beneficiários de planos de saúde no Brasil encerrou o ano de 2025 com uma marca recorde de 53,18 milhões de usuários em planos médico-hospitalares, representando um crescimento de aproximadamente 1,9% (ou cerca de 1,2 milhão de novos clientes) em relação a dezembro de 2024, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Em 2025, o cenário dos planos de saúde no Brasil é marcado por reajustes elevados, especialmente nos contratos coletivos/empresariais (estimados entre 25% e 30%), pressionados pelo aumento dos custos assistenciais, apesar de um resultado operacional recorde no setor no primeiro semestre. Os beneficiários enfrentam alta sinistralidade e recorde de afastamentos por doença, mantendo a necessidade de revisão de planos.

O mercado mostra-se robusto em beneficiários e resultados financeiros, mas financeiramente sufocante para muitas empresas e indivíduos devido aos altos reajustes.

II – PRINCIPAIS INVESTIMENTOS NA ÁREA HOSPITALAR

Os principais investimentos na área Hospitalar foram em 2025:

- NOVA UAR



- Casa dos residentes médicos



- Expansão PSI



- Nova Tomografia CAAV VII



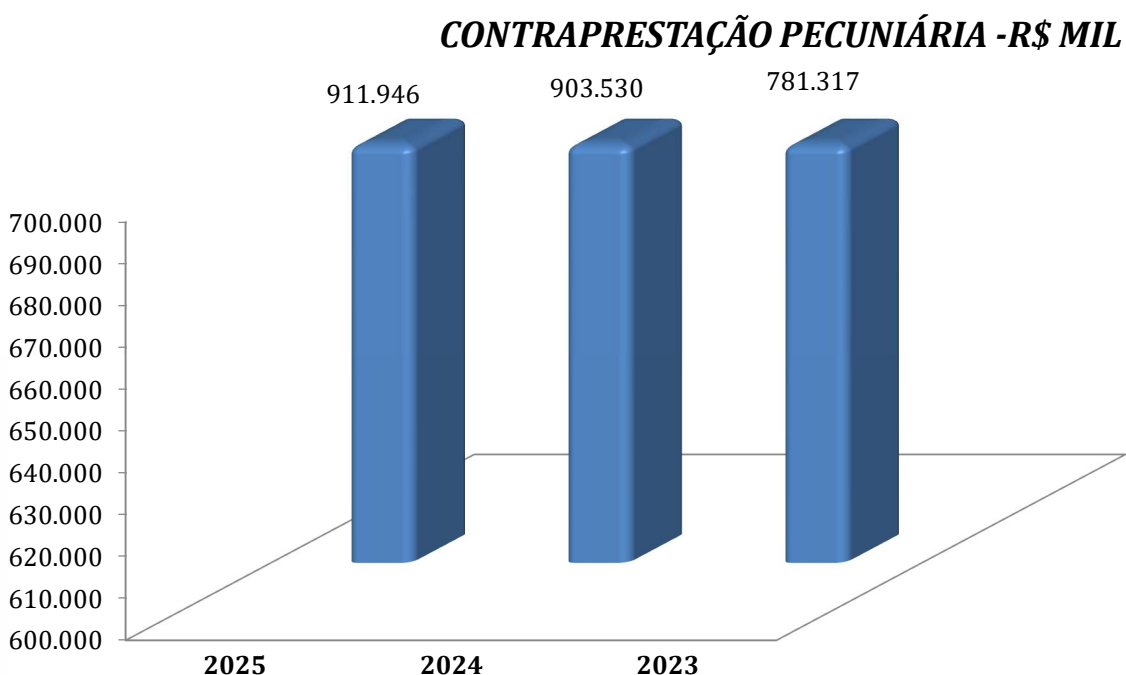
- Expansão CAAV V



III – DESEMPENHO DO PLANO DE SAÚDE

Receita de Contraprestação Pecuniária

A Receita de Contraprestação Líquidas aumentou 16 1% em relação ao ano anterior. A evolução das contraprestações efetivas nos últimos exercícios está demonstrada a seguir:



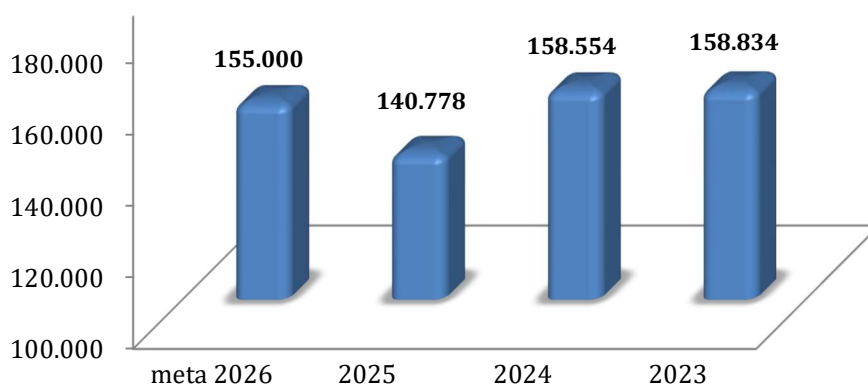
Fonte: DIOPS, 2024.

População de Beneficiários

Em 2025 o número total de beneficiários diminuiu 11% em relação a 2024.

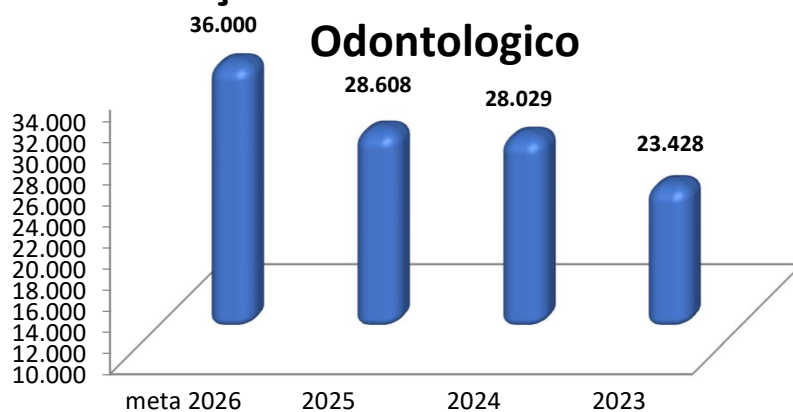
O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de beneficiários durante os últimos exercícios:

Evolução Número de Beneficiários Assistência Médica



Fonte: ANS, 2025.

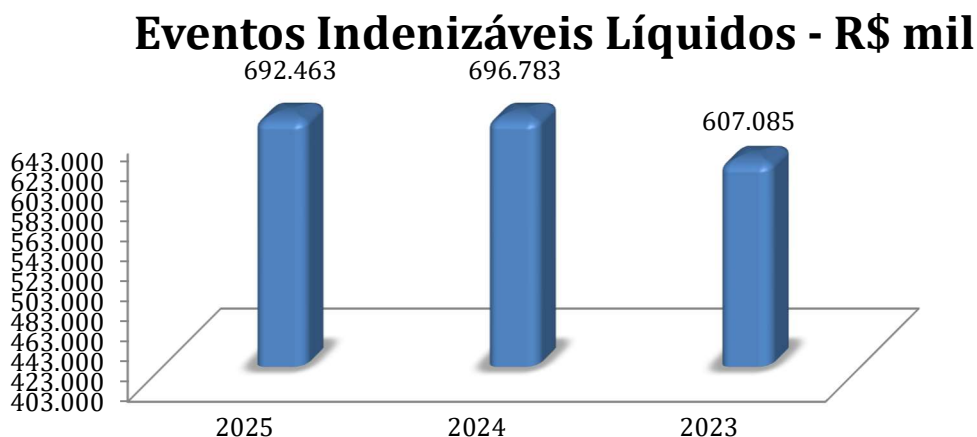
Evolução Número de Beneficiários Odontológico



Fonte: ANS, 2025

Evento Indenizável Líquido

O evento indenizável líquido em 2025 apresentou uma diminuição de -1% em relação ao ano anterior.



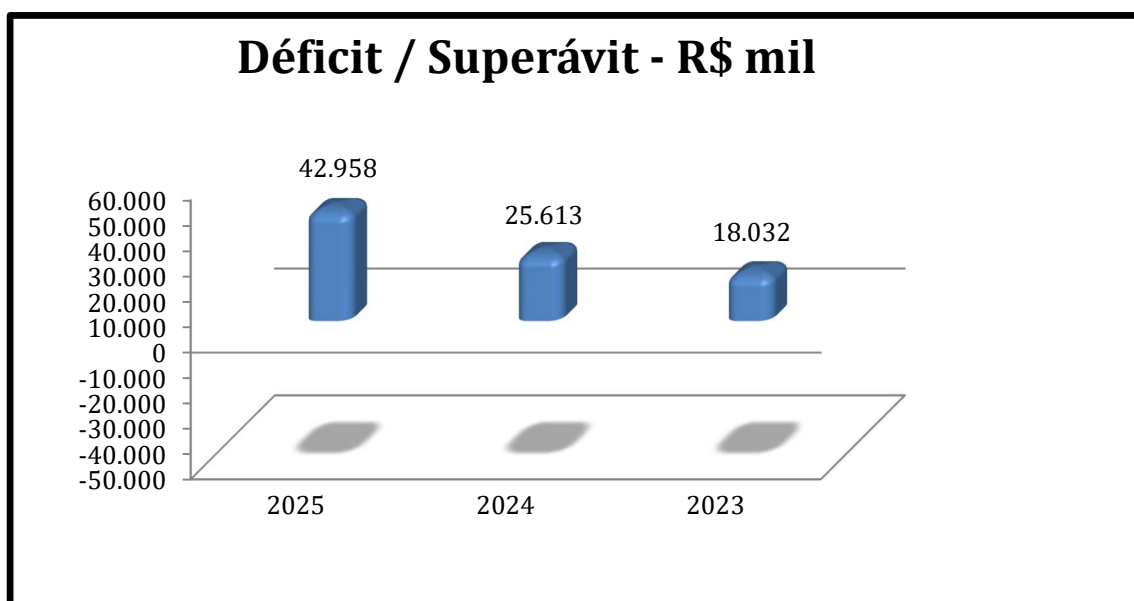
Fonte: DIOPS, 2025.

Margem de Contribuição

A Margem de Contribuição entre a Receita de Contraprestação Pecuniária e o Evento Indenizável Líquido em 2025, foi suficiente para manter o resultado básico do Plano de Saúde em R\$ 186,5 milhões positivos.

Resultados

No exercício de 2025 a Associação apurou um superavit na ordem de R\$ 42,9 milhões. O desempenho entre a receita de contraprestação pecuniária e os eventos avisados foi responsável pelo desempenho positivo apresentado ao final de 2025.



Fonte: DIOPS, 2025.

IV – PRINCIPAIS ÍNDICES DO MERCADO

Os principais índices do mercado estão apresentados a seguir:

Item Anexo IV	Índice	Cálculo	dez-24	dez-25
1	MLL (Margem de Lucro Líquida) Mostra a relação entre o resultado líquido e o total das receitas com operação de planos de saúde (contraprestação efetivas)	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$	2,83%	4,71%
2	ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) mostra a relação entre o resultado líquido e o patrimônio líquido	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	12,25%	17,04%
3	SINISTRALIDADE SINISTRALIDADE (Sinistralidade ou DM) Mostra a relação entre despesas assistenciais ou médicas, acrescidas do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida (CCT); e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde), acrescido do valor absoluto das contraprestações de corresponsabilidade cedida. É calculada pela fórmula :	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT} }{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	77,21%	76,03%
4	DA (Percentual de Despesas Administrativas em relação às Receitas de Contraprestações) Mostra a relação entre despesas administrativas e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).	$\frac{\text{Despesa Administrativa}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	8,23%	10,89%
5	DC (Percentual de Despesa Comercial em relação à Receita de Contraprestações (DC)) Mostra a relação entre despesas comerciais e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).	$\frac{\text{Despesa Comercial}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	3,34%	1,63%

6	DOP (Percentual de Despesas Operacionais em relação às Receitas Operacionais) Mostra a relação entre despesas operacionais (assistenciais ou eventos indenizáveis líquidos, comerciais, administrativas e outras despesas operacionais) e o total das receitas operacionais (receitas de contraprestações relacionadas a operações de planos de saúde e outras receitas operacionais).	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos} + \text{CCT} + \text{Despesa Comercial} + \text{Despesa Administrativa} + \text{Outras Despesas Operacionais}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} + \text{Outras Receitas Operacionais}}$	98,56%	97,71%
7	IRF (Índice de Resultado Financeiro) Mostra a relação entre o resultado financeiro líquido e o total das receitas com contraprestações efetivas (ou operação de planos de saúde).	$\frac{\text{Resultado Financeiro Líquido}}{\text{Contraprestações Efetivas} + \text{CCT} }$	1,33%	2,26%
8	LC (Liquidez Corrente) Mostra a relação entre os ativos conversíveis em dinheiro no curto prazo e as dívidas de curto prazo	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	0,83	1,09
9	CT/CP (Capital de terceiros sobre o Capital próprio) representa a relação entre o total das dívidas e o Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	164%	131%
10	PMCR (Prazo Médio de Contraprestações a receber) representa o tempo médio que a operadora leva para receber os créditos de operações de saúde, já descontada a provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	$x 360 \frac{\text{Crédito ops de saúde}}{\text{Contraprestações Efetivas}}$	5,74	4,67
11	PMPE (Prazo Médio de Pagamento de Eventos) representa o tempo médio que a operadora leva para pagar aos prestadores o que já foi avisado	$x 360 \frac{\text{Eventos a Liquidar}}{\text{Eventos Indenizáveis Líquidos}}$	25,21	19,91
12	VC (Variação de Custos) Representa a variação dos custos relacionados a assistência à saúde entre um período e outro	$\frac{\text{Eventos Indenizáveis per capita do ano atual} - 1}{\text{Eventos Indenizáveis per capita do ano anterior}}$	14,51%	12,92%

V – DESTINAÇÃO DO SUPERÁVIT

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica. Não havendo finalidade de obtenção de lucros, a totalidade dos superávits obtidos é integralmente reinvestida para assegurar e fortalecer o cumprimento dos objetivos estatutários e os déficits são absorvidos pelo Patrimônio Social.

No exercício de 2025, a Associação apurou superavit.

VI – RESPONSABILIDADE SOCIAL – FILANTROPIA

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão - ABFSC, é uma entidade reconhecida pelo seu compromisso com a Responsabilidade Social e Filantropia por meio de diversos programas nas áreas Sociais, Educação e, principalmente na área Saúde, onde tem reconhecido seu CEBAS.

O ano de 2025 foi marcado pela gestão da Santa Casa com CNPJ Filial do São Cristóvão, portanto, integração total dos processos RH, TI, Contabilidade, Financeiro, Compras, Farmácia, Estoque e outros, como etapas da conclusão do processo de incorporação da Santa Casa de Francisco Morato – SCFM como uma Unidade (filial) da ABFSC.

Esta integração SCFM com processos e práticas permitiu e promoveu uma renegociação e uma reorganização das atividades, ampliando a oferta de serviços ao SUS, tal como a nova UTI Unidade de Terapia Intensiva, reforçando o compromisso e sustentabilidade da Assistência de Qualidade prestada pela SCFM.

Destacamos ainda que 100% da capacidade da Santa Casa de Francisco Morato foi ofertada aos municípios de Francisco Morato e todos os municípios do Cimbaju – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juquery – Francisco Morato, Franco Rocha, Caieiras, Cajamar, Mairiporã, perfazendo uma população assistida de mais 620.000 habitantes.

Quadro 1 – População impactada pelos Programas Sociais, Educação e Saúde de 2025.

Objetivo	Município	População Impactada	
		Cidade	Programa
Contribuir para a consecução das ações de fortalecimento do SUS - Sistema Único Saúde, com capacitação e treinamento das equipes de Enfermagem e Médica, além de apoio e atendimento a população	Campos do Jordão	52.405	230.038
	Francisco Morato	177.633	
Contribuir na ampliação do acesso a rede de atendimento de Urgência e Emergência dos municípios, além da internação Clínica e Cirúrgica de baixa e médica complexidade e, Maternidade de risco habitual, além de apoio com SADT - exames de laboratório e imagens	Francisco Morato	177.633	622.794
	Cimbaju *	445.161	
Compor com a Rede de Proteção da Mulher nos municípios, dando atenção e cuidado as patologias mamárias em especial CA Mama com a realização de Consultas, Exames Diagnóstico, Cirurgias, Químio e Radioterapia, além é claro da reconstrução mamaria em apoio a reforço da integralidade da saúde física e mental da mulher assistida;	Araçatiguama	6.885	1.656.684
	Arsenal Esperança	1.250	
	Campos do Jordão	52.405	
	Embu-Guaçu	69.901	
	Francisco Morato	177.633	
	Osasco	701.428	
	Ribeirão Pires	124.159	
	Rio Grande da Serra	51.436	
	São Caetano do Sul	161.957	
	São Lourenço da Serra	15.978	
	Taboão da Serra	293.652	

Além dos municípios do Cimbaju, as ações de saúde impactaram também outros municípios com os programas da Rede Proteção e Apoio a Mulher por meio da Assistência ao CA Mama.

Somadas as ações, hoje a ABFSC impacta uma população de mais de 1.700 mil pessoas, como destacado no quadro 1 acima.

Para realização da sua missão a ABFSC aplicou 15% da sua receita diretamente em ações de gratuidade e fortalecimento do SUS, com atendimento e apoio a Atenção Básica,

Internações e Cirurgias para os programas de Atendimento ao Câncer Mama, apoio à Santa Casa de Francisco Morato e projetos de atendimento gratuito no Hospital e Maternidade São Cristóvão. Quando comparado ao ano de 2024, estamos reportando um aumento incremental de 25%.

Tabela 1- Recursos Diretos para Projetos Filantropia - 2025

Estabelecimento/Vinculação	Gratuidade/SUS - R\$
Hosp. Maternidade São Cristóvão*	20.701.545
Santa Casa Francisco Morato	100.318.964
Prog. CA Mama	7.831.708
Prevenção, Promoção e Educação em Saúde	14.361.344
Gastos Atendimento SUS (Total)	143.213.561

Os Programas Assistenciais mantidos pela ABFSC, onde foram aplicados os recursos supra referidos, estruturaram-se da seguinte forma:

Programas Sociais – a ABFSC entende que faz parte do seu papel e da sua Responsabilidade Social apoiar ações que atendam a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e PNAS (Política Nacional de Assistência Social), com foco em Crianças, Adolescentes, Idosos e Portadores de Necessidades Especiais em situação de risco psicossocial. Somos cientes que não é uma tarefa fácil e a sua realização depende da integração de todos, e para isso a ABFSC estabeleceu parcerias e ações conjuntas com as entidades de Organizações Sociais da Sociedade Civil.

Por conta dessa visão, a Associação utilizou a sua estrutura (áreas e equipes) para em conjunto com entidades parceiras (quadro 2) construir e fortalecer a rede de proteção social em prol da população mais vulnerável, assistida por estes parceiros.

Quadro 2 – Entidades Assistência Social apoiadas pela ABFSC - 2025

CNPJ	Entidade	Assistidos
59.494.941/0001-19	Associação Espírita o Caminho da Paz*	135
48.573.976/0001-80	Polo Cultural Dom Luciano Mendes de Almeida	180
63.089.825/0309-90	Paroquia São Pedro Apostolo*	300
50.862.499/0001-14	Fraternidade Irmã Clara – FIC	46
04.116.071/0001-05	Grupo Fraterno Lua Nova*	111
53.372.454/0001-50	Lar da Criança Ninho de Paz	12
62.442.132/0001-20	Lar da Infância de Nice	1700
50.993.880/0001-12	Lar da Redenção	10
05.395.558/0001-37	Associação Nossa Escola	130
62.063.060/0001-00	Nova 4E – Entidade Especializada em Pessoas Especiais	140
62.662.077/0001-84	Lar da Provedoria da Comunidade Portuguesa de São Paulo	24
47.437.488/0001-82	Creche Maria Thereza de Mello Mororó	199
* o numero de assistidos, foi considerado o paciente e seus familiares 3x1		2987

A participação da ABFSC se deu com apoio e assistência prestada por meio de sua estrutura física e de equipamentos, a saber, o Hospital e Maternidade São Cristóvão e suas Unidades Ambulatoriais CAAV – Centro Ambulatorial Américo Ventura - como referência e suporte em Saúde para essas entidades e a população assistida por elas.

Além da prestação de serviços de saúde às entidades, mais uma vez em ações conjuntas com sua comunidade, a Associação criou uma rede positiva do bem, com doação de mais de 20 toneladas de alimentos para estas entidades, cuja distribuição pressupunha uma

avaliação e uma orientação nutricional frente às necessidades dos assistidos, impactando mais de 3.000 famílias.

Programa de Educação em Saúde – ações socioeducativas à população e aos profissionais de saúde. Considerando as características do perfil sociodemográfico de seus associados e da comunidade onde a Associação está inserida vários cursos, atividades, ações terapêuticas e socioeducativas para a população foram promovidas, por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa Dona Cica.

Este ano as ações foram “híbridas”, com parte da participação em modo presencial e parte por videoconferência, com uso de ferramentas variadas, além da distribuição de material escrito. Considerando que em “lives” e videoconferência houve mais de uma pessoa assistindo, estimamos ter alcançado em 2025 mais de 17.200 participantes – presenciais e *online*, com um volume superior à 32.292 horas de treinamento/formação.

Foram realizados mais de 650 palestras, treinamentos e conferências, tais como: DST, Hipertensão, Risco de Queda, Outubro Rosa, Novembro Azul, Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Combate ao Fumo, Asfixia Perinatal, Primeiros Socorros, Vacinação, Dispositivos Cardíacos, Cuidador de Idosos, Curso de Formação de Berçaristas, treinamentos externos como Primeiros Socorros, Workshops diversos (Parada Cardiorrespiratória Adulta e Pediátrica, reanimação em sala de parto, prevenção de infecções relacionadas à saúde, identificação e tratamento da sepse e do IAM), simpósios, residências médicas, pós graduações, etc.

Gostaria ainda de destacar a realização de 1.335 horas com simulação realística em ambiente controlado. A simulação realística na saúde é um método de aprendizado ativo que replica cenários clínicos controlados, permitindo que os alunos treinem suas habilidades técnicas e comportamentais de forma repetitiva e sem colocar os pacientes em risco. Utilizamos cenários controlados com o uso de manequins noruegueses de alta fidelidade, onde é possível a interação direta do paciente através da fala, do toque, análise de ritmo cardíaco, dentre outros.

Programas de Saúde (SUS) – ações de fortalecimento das políticas do SUS com a oferta de serviços à população SUS - Dependente estruturados nas seguintes áreas: Atenção Básica, Atenção Hospitalar, Maternidade de baixo risco e Atendimento a Mulheres portadoras de Câncer de Mama.

Quadro 2 – atendimentos SUS e Não SUS - 2025

Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE SUS			PACIENTE NÃO SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Hosp. Maternidade São Cristóvão*	7.684	56	76	3.871.317	12.907	20.829
Santa Casa Francisco Morato	1.087.503	3.672	7.889	0	0	0
Total	1.095.187	3.728	7.965	3.871.317	12.907	20.829
Total de Atendimento	1.106.880			3.905.053		

* + CA Mama

Fonte: ABFSC/25

A Atenção Básica conta com atendimento ambulatorial e cirúrgico quando necessário e indicado para os pacientes da Rede Proteção Social e Unidades de Saúde SUS. O acesso se dá a partir do encaminhamento via Regulação das Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios Parceiros e/ou por demanda espontânea, nesses casos avaliados pelo Serviço Social da Associação.

Ainda que conceitualmente tanto o Programa de CA Mama e a Atenção Hospitalar esteja contida na Atenção Básica, optamos por demonstrar as diferenças na tabela 1, objetivando a contextualização de forma didática a atenção dada aos usuários SUS para cada um deles, bem como destacar a respectivas rubricas financeiras para eles.

Com o Programa de Câncer de Mama e Cirurgia Plástica Reparadora, realizado no Hospital e Maternidade São Cristóvão, nos tornamos a referência para a população dos municípios da Grande São Paulo que compreendem, segundo IBGE, 1.656.684 habitantes. O programa, porém, impactou indiretamente mais de 300.000 mulheres (faixa etária alvo), e de forma direta, mais de 1.200 pacientes assistidas e seguindo em tratamento.

Como mencionamos no início, uma vez consolidado o Projeto de Francisco Morato com a gestão da Santa Casa, todos os movimentos foram voltados à ampliação da oferta de serviços à população SUS - dependente.

Quadro 3 – Atendimentos SUS Santa Casa Francisco Morato - 2025

Atendimento Pronto Socorro Santa Casa de Francisco Morato - 2025												
Atendimento Pronto Socorro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atendimento Urgência/Emergência-P.S.A	9.506	9.428	11.122	10.250	10.651	9.431	9.499	10.274	10.387	10.181	9.339	8.897
Atendimento Urgência/Emergência- P.S.I	1.952	2.582	3.475	3.867	4.408	3.025	1.809	2.892	3.379	3.362	3.097	2.134
Atendimento Urgência/Emergência- PSGO	913	986	1.080	1.010	1.102	983	1.116	1.113	1.160	1.136	1.096	1.109
Atendimento Urgência/Emergência- P.S.O	238	258	242	184	202	294	293	331	351	336	234	311

Fonte: Santa Casa Fco Morato/25

Os resultados evidenciam este movimento. Diariamente são atendidos mais de 700 pacientes. Saímos de uma base em 2021 de 350 pacientes para 700 pacientes em média, ou seja, duplicamos a oferta de atendimento, como demonstrado no quadro acima e no que segue imediatamente abaixo.

Atendimentos Ambulatório Especialidade Santa Casa - 2025												
Consultas Especialidade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Consultas Cirurgia Geral	10	26	44	116	126	178	148	176	122	158	29	18
Consulta Dermatologia	70	-	13	16	17	-	-	-	-	-	-	-
Consultas Urologia	-	31	34	101	24	26	-	26	36	47	46	43
Consultas Otorrinolaringologia	-	4	-	58	61	59	2	3	30	45	34	4
Consulta Cirurgia Vascular	122	83	239	193	362	222	237	286	196	172	403	64
Atendimento Fonoaudiólogo	22	41	23	24	30	30	22	29	17	42	17	39
Atendimento Odontologia	12	6	16	-	27	13	20	20	35	17	25	27
Consultas Ortopedia	285	287	284	260	253	251	375	363	245	165	338	270
Consultas Cardiologia	131	140	126	113	131	125	117	107	123	135	151	100
Consultas Vascular	109	110	111	109	96	101	112	121	119	112	106	115
Consultas Dermatologia	41	41	44	45	41	49	50	43	46	25	33	43
Consultas Endocrinologia	128	133	82	150	123	116	140	125	136	92	101	155
Consultas Neurologia Adulto	168	153	173	167	167	177	191	182	164	181	161	179
Consultas Neurologia Infantil	-	15	48	52	53	52	56	48	53	40	46	35
Consultas Reumatologia	45	47	49	40	48	45	62	61	49	41	-	38
Atendimento Fisioterapia	533	485	448	491	523	419	541	560	583	456	430	440
Consultas Urologia	103	106	105	101	103	106	113	125	108	90	60	95
Generalista - CAPS	245	416	282	273	406	292	289	326	378	440	306	254
Generalista - UBS	121	137	146	117	137	139	150	143	137	143	136	131
Ginecologista	81	90	95	82	71	72	101	62	81	104	72	68
Ginecologista + DIU	10	23	22	16	11	17	22	9	16	14	22	13
Ginecologista Pre-Natal	257	248	209	240	204	259	247	237	252	238	272	269
Consultas Fonoaudiólogo - BERA	8	-	-	23	32	21	32	26	26	29	20	24
Consultas Fonoaudiólogo - Audiometria	120	84	119	82	87	52	91	85	57	92	92	77
Psiquiatria Infantil	119	170	121	184	145	129	116	122	122	178	107	78

Outro resultado alcançado com a Santa Casa está associado à melhoria dos indicadores de morbimortalidade materna. Este dado está em consolidação nos bancos de dados do Ministério da Saúde, entretanto, ousamos antecipar um ganho superior a 20%.

Internações por Clínica - 2025												
Internações	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Clinica Obstétrica	88	120	133	111	112	84	64	141	88	113	95	115
Clinica Médica	312	277	283	307	316	265	232	403	331	294	276	381
Clinica Pediatria	84	100	97	148	139	122	80	136	145	120	132	131
Clinica Cirúrgica	42	97	91	50	164	110	163	152	168	137	182	158
Total Mês	526	594	604	616	731	581	539	832	732	664	685	785

O desafio para 2026 será aumentar a Taxa de Ocupação, cuja média apontada foi de 54%. Entendemos que a capacidade instalada permite atingir índices de 85% com segurança, ainda mais agora com a UTI - Unidade Terapia Intensiva, inaugurada em 2025, e que conta com 10 leitos, ampliando assim o suporte aos pacientes.

VII – CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

O Grupo São Cristóvão Saúde, com o objetivo de padronizar seus processos, melhorar a qualidade de seus serviços, fortalecer a assistência segura e ampliar a sua competitividade junto ao mercado de trabalho, buscou através de creditações, certificações e premiações, a implantação de modelos de excelências para seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Em 2025 o organismo de acreditação IQG, por meio da sua equipe técnica, recomendou ao Comitê de Certificação a manutenção do Hospital e Maternidade São Cristóvão como: **Acreditado com Excelência ONA Nível III.**

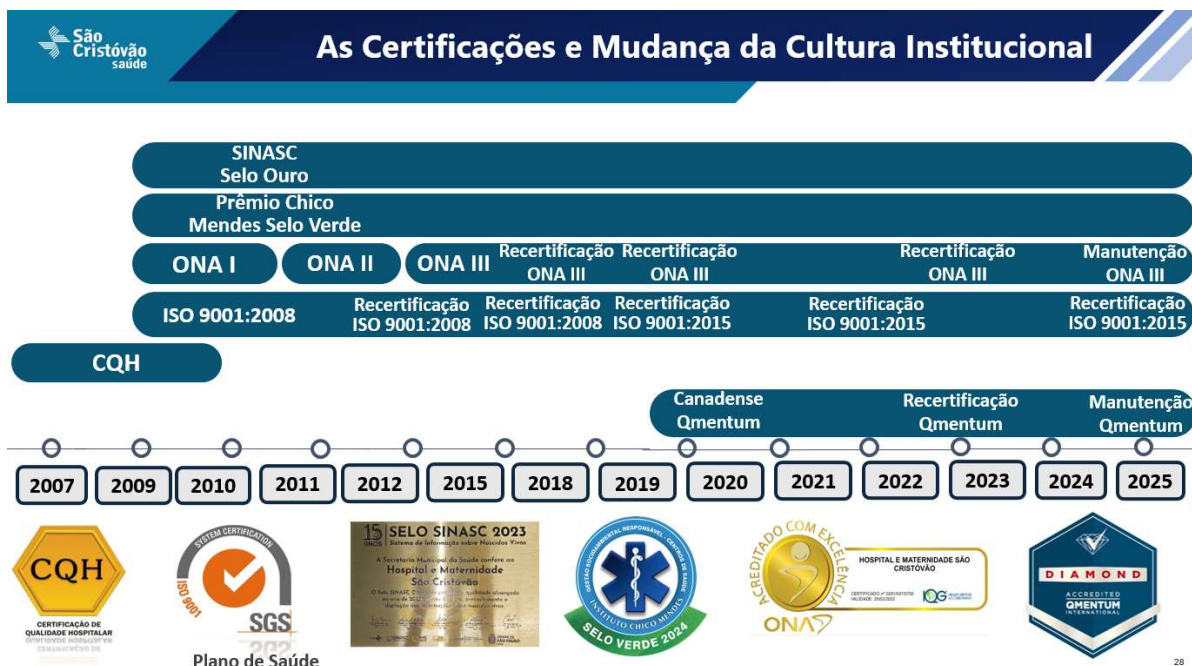
Anualmente, temos a honra de colaborar com a qualidade dos bancos de dados do **Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC)** e fomos premiados em 2025, onde a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo conferiu ao Hospital e Maternidade São Cristóvão o selo Ouro SINASC.

Em 2025 o Hospital e Maternidade São Cristóvão recebeu a visita técnica da QGA para a **Auditoria Externa de Recertificação da QMENTUM.**

Com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento de nossa instituição frente aos desafios instituídos nas visitas de manutenção abordam a evolução dos projetos sistêmicos de melhoria acordados com a liderança executiva.

Em virtude dos programas de utilização dos recursos naturais de forma consciente, em 2025 o Grupo São Cristóvão Saúde foi contemplado com o **Selo Verde do Instituto Chico Mendes de Meio Ambiente**, através dos projetos que englobam a otimização de energia elétrica, água e reciclagem de resíduos.

O Plano de Saúde e áreas corporativas receberam a visita do Organismo Acreditor SGS para a auditoria de Manutenção. A visita de manutenção ocorreu nos dias 11 a 14 de agosto de 2025 e como resultado, após ter o Sistema de Gestão auditado em relação à norma, o Plano de Saúde manteve a Certificação da **ISO 9001:2015.**



Reformulações Administrativas

Com a consolidação dos selos de qualidade (CQH, ONA III, Qmentum e ISO9001:2015), novos processos foram estabelecidos dentro da Associação, proporcionando uma melhor gestão dos nossos recursos e consequentemente uma melhor qualidade dos nossos serviços.

Grupo São Cristóvão realizou diversas ações focadas em gerir as oportunidades dos serviços utilizando os recursos próprios, ferramentas e equipe de modo a otimizar o tempo de permanência e a qualidade da assistência. Visando mitigar os possíveis impactos assistenciais e financeiros, na garantia do atendimento aos seus beneficiários e a sustentabilidade do negócio.

Com a ajuda e comprometimento íntegro de todos, continuamos com o programa de inteligência e otimização de recursos, implantando mais de 1.888 ações com melhoria nos resultados e contribuindo para a gestão da Associação.

VIII – RECURSOS HUMANOS

O número de colaboradores no regime CLT nos últimos anos está demonstrado a seguir:

2025	2024
2.479	2.136

Os gastos (R\$ milhões) com benefícios concedidos aos colaboradores nos últimos anos foram:

BENEFÍCIO	2025	2024
VA	4,5	4,2
VT	4,5	3,4
Creche	0,9	0,9
VR	1,6	1,5
Seguro – Vida Grupo	0,3	0,3
Total	11,8	10,2

Segmentação da mão-de-obra segundo o nível educacional

Em 2025, os colaboradores estão classificados segundo o nível educacional da seguinte forma:

Classificação de nível educacional	2025
Colaboradores Fundamental Incompleto	69
Colaboradores Fundamental Completo	74
Colaboradores Ensino Médio Incompleto	29
Colaboradores Ensino Médio Completo	1.464
Colaboradores Superior Incompleto	77
Colaboradores Superior Completo	311
Colaboradores Pós-graduação Incompleto	53
Colaboradores Pós-graduação Completo	394
Colaboradores Doutorado Completo	1
Colaboradores Mestrado Completo	7

IX – PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Água de reuso

A instituição adota estratégias rigorosas de uso racional da água, identificando oportunidades de captação em locais de descarte, tais como: sistemas de vácuo e autoclaves, degelo da central de oxigênio, rejeito de osmose reversa, condensado de ar-condicionado e águas pluviais.

Captação, tratamento e utilização de água de chuva para reuso

Em 2025, o sistema de armazenamento foi modernizado, atingindo uma capacidade instalada de 479 m³. A estrutura utiliza a gravidade para coletar água da chuva através de calhas nos telhados, direcionando-a a nove reservatórios em nível inferior. Posteriormente, a água é bombeada para quatro reservatórios superiores (próximos ao NAF), onde recebe tratamento por cloração e monitoramento diário. Essa água é destinada a sanitários, jardinagem e limpeza de áreas externas.

O volume total captado em 2025 foi de 6.138 m³ (média mensal de 511 m³). Graças a essas práticas, a água de reuso representou 17% do consumo total da instituição (potável + reuso), reforçando nosso compromisso com a preservação dos recursos hídricos.

Energia elétrica

Em 2025, consolidamos nossa estratégia de eficiência energética com a migração da unidade CAIS I para o Mercado Livre de Energia (ACL), totalizando sete unidades neste modelo. Essa transição gerou uma economia financeira de 29% em comparação ao mercado regulado. Além disso, reafirmamos nossa responsabilidade socioambiental ao utilizar energia 100% renovável (eólica), certificada pelo selo I-REC.

No âmbito da automação, a instituição promoveu a expansão do sistema Sitrad Full Gauge, permitindo o monitoramento em tempo real de 66 equipamentos de refrigeração, abrangendo desde sistemas de climatização até câmaras de vacinas. Essa iniciativa

permitiu maior precisão técnica e viabilizou o controle remoto desses ativos, otimizando a gestão operacional. Paralelamente, houve a modernização do parque tecnológico com a substituição de aparelhos de ar-condicionado individuais (1-1) por central de água gelada (Chiller) interligada a Fancoils, o que resultou em uma troca de calor mais eficiente e econômica.

Além das melhorias em climatização, foi implementado o monitoramento remoto em 10 grupos motogeradores. Esse sistema assegura alta disponibilidade energética e a detecção precoce de falhas, reduzindo custos de manutenção ao permitir o acompanhamento de parâmetros críticos em tempo real. Complementando essas ações, a instituição mantém sua participação ativa em editais como a "Chamada Pública de Projetos" da concessionária Enel, reafirmando seu compromisso com a busca na modernização das instalações e a promoção do consumo consciente de energia.

X – POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS

A política de investimento da Associação classifica os ativos financeiros em quatro categorias:

- a. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- b. Investimentos mantidos até o vencimento;
- c. Empréstimos e recebíveis; e
- d. Ativos financeiros disponíveis para venda.

As aplicações em títulos e valores mobiliários somente ocorrerão no caso da Associação tiver a capacidade financeira de manter esses títulos e valores até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2025 a Associação não possui aplicações financeiras classificadas na categoria mantidos até o vencimento.

XI – INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Associação divulga as seguintes informações relevantes às Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025:

a) Cebas

Por meio da Portaria MS/SAES nº 1.418/2024, de 31 de janeiro de 2024, foi deferido, sub judice, a Concessão do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Operadora, em cumprimento à decisão judicial, acatou pela citada Concessão, referente ao Processo nº 25000.111399/2012-26.

Houve o trânsito em julgado desse processo no ano passado e, portanto, a entidade **está em pleno gozo da imunidade tributário com a certificação pelo CEBAS de forma definitiva** e tem validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação da Portaria.

b) ISS

Processo Judicial

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação, pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R\$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal, da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional (lançamento SEI nº 6017.2019/0007178-8 (Operação Fiscal nº 1.930.214-2).

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos.

A matéria foi judicializada por intermédio do Processo nº 1024091-12.2022.826.0053, sendo o referido crédito tributário garantido em sua totalidade ante admissão de garantia/caução real imobiliária em sede recursal (agravo nº 21071738320228260000).

Citado, o município de São Paulo apresentou Contestação, não obstante, juntou pedido de laudos de avaliação dos bens imóveis, os quais foram devidamente apresentados. Todavia, dado o teor das alegações em sede de Contestação, foi necessária a confecção de tréplica,

na qual se defendeu a necessidade de prova pericial para a resolução da demanda, pedido o qual, posteriormente, o Juízo reconheceu e acatou.

Foram apontados diversos fatos contábeis que comprovam a situação legal na atuação dos serviços internos na Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão. Não obstante, também foram confeccionados critérios para perícia.

Foi obtido laudo pericial de grande relevância para comprovar que a entidade tem direito ao gozo da imunidade tributária. Foram confeccionadas ao Juízo peça de Alegações Finais com forte embasamento na perícia contábil, elucidando todas as conclusões e apontamentos que a perita chegou ao analisar os fatos contábeis e os critérios estabelecidos nos autos do processo.

Em sentença, o Juízo julgou improcedente a ação. Opôs-se então Embargos de Declaração, que foram rejeitados, razão pela qual **interpôs-se a apelação que foi julgada procedente anulando o crédito.**

Processo Administrativo

Houve uma segunda autuação fiscal, com os mesmos fundamentos que a primeira acima, emitida pelo Auditor Fiscal da PMSP - o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional. Lançamento SEI nº 6017.2021/0067539-3 (operação fiscal nº 1.930.658-0)). Foi apresentada a competente impugnação administrativa demonstrando o cumprimento fiel dos requisitos trazidos no artigo 14, do CTN. Encerrada a fase administrativa, a Associação impetrou mandado de segurança em que foi concedida a tutela antecipada, portanto, os créditos com a exigibilidade suspensa.

Com a anulação do crédito dos Autos de Infração anterior por meio do julgamento dos embargos, comentado anteriormente, considerando que os fundamentos dos Autos de Infração são os mesmos, **tem-se que os créditos desses últimos Autos também sejam anulados.**

A Prefeitura de São Paulo entrou com um Recurso Especial, mas ele não foi aceito porque o tribunal entendeu que esse tipo de recurso não pode analisar fatos e provas, conforme a Súmula 7 do STJ.

Contra essa decisão, a Prefeitura apresentou um agravo de instrumento, que ainda está aguardando julgamento.

a) Previdência Social

Em 31/01/2024 foram lavrados os Autos de Infração de corrente da fiscalização da Receita Federal do Brasil sobre relativo ao período de janeiro a dezembro de 2020 pelo descumprimento da requisitos para fruição à isenção do pagamento da contribuição previdenciária.

Houve uma decisão na primeira instância administrativa que manteve o crédito tributário. Contra essa decisão, foi apresentado um recurso voluntário ao CARF, que ainda está pendente de julgamento.

Além disso, a assessoria jurídica da Operadora apresentou uma impugnação aos Autos, e agora aguarda a manifestação da Receita Federal.

c) Prevenção e Combate aos Crimes de “Lavagem”

A Operadora declara não ser do seu conhecimento quaisquer operações suspeitas de “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, conforme estabelecido na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que devessem ser comunicados ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras – COAF.

XII – PERSPECTIVAS PARA 2026

Para 2026, o quadro é de crescimento global moderado, inflação em queda, porém ainda sensível a choques, juros reais positivos e riscos geopolíticos relevantes. No Brasil, o binômio fiscal–monetário continua determinante para prêmio de risco e custo de capital.

O Brasil tende a acompanhar o grupo de emergentes com crescimento moderado, sustentado por:

- agro e commodities ainda relevantes,
- algum impulso de investimento em infraestrutura/energia,
- consumo das famílias condicionado por crédito caro e mercado de trabalho ainda razoável.

Na saúde suplementar, tanto no mundo quanto aqui no Brasil, o desafio central é equilibrar sustentabilidade econômico-financeira com acesso e qualidade, em um ambiente de envelhecimento, inflação médica alta e forte pressão regulatória

Os desafios da Associação:

Crescimento de vidas para Saúde em 155.000 e Odontológico. para 32.00 em 2026 revendo a estratégia comercial para novos perfis do mercado e clientes. Ampliar as vendas e as campanhas para os produtos. Avaliar outros nichos. Parcerias estratégicas. Campanha Institucional de Retenção de Clientes.

Assegurar Receita de modo sustentável, EBITDA em 6% mitigando problemas de inadimplências de clientes. Manter as negociações financeiras com maiores prazos. Atenção aos reajustes dos contratos vinculados aos indexadores do mercado. Buscar novas oportunidades e parcerias com bancos ou financeiras.

Programa de Redução de Gastos e Desperdícios - meta R\$ 15 milhões e conceito de Gestão de Hospital de custo. Adesão aos protocolos assistenciais. Continuidade para novas ações de reduções de custos e desperdícios (RIOR). Basear no DRG (consumo de MAT/MED e TMP conforme CID do paciente). Ampliar análise e ações sobre as despesas e consumos dos SADTs e OPMEs. Revisão dos contratos e SLA's dos prestadores de serviços,

Projetos de Filantropia como Política Sustentável - 10% sobre a receita total. Ampliação dos leitos de UTI e aumento do volume de cirurgias em Francisco Morato e consolidar a integração das áreas da Santa Casa de Francisco Morato com a Matriz. Manter as parcerias em Campos de Jordão (ultrassom), Embu-Guaçu, Taboão Serra e Osasco.

Processos de Prevenção e Sinistralidade Mensal - meta $\leq 75\%$. Expandir os programas de reabilitação para os perfis de riscos crônicos. Consolidar o programa da síndrome respiratória infantil. Ampliar os programas das terapias integrativas (ABA) para as para as novas demandas e absorver da rede.

Gerenciamento de Leitos - consolidar a eficiência operacional. Total de 350 leitos. Focar nos indicadores de desempenho por médico e especialidade. Tempo médio de permanência e análise das diárias. Perfil epidemiológico e protocolos. Aplicação de ferramentas e práticas tecnológicas para melhorar a eficiência, a qualidade e os cuidados do paciente.

Taxa de Ocupação Hospitalar - adultos e pediátrico 75%. Média de ocupação geral em dezembro/24: 69,6% e setembro/25: 68,5%. Absorver a internalização e retenção dos beneficiários da rede. Atenção para os grandes impactos de novas doenças e surtos.

Ampliar a Gestão de Protocolos Institucionais - melhorar 10% dos resultados. Fortalecer e controlar sistematicamente os protocolos gerenciados. Empoderar os gestores e as áreas para se apropriarem dos resultados. Consolidar o protocolo de TEV. Desenvolver e implantar o protocolo de AVC.

Melhoria contínua dos Processos Assistenciais. Fortalecer a Auditoria Clínica e auditoria das Rop's. Fortalecer as equipes médicas e multidisciplinares no Plano Terapêutico e Plano Educacional. Fortalecer a Gestão por Processos com as barreiras e fluxos de interação Institucional. Descrever e fortalecer os papéis dos gestores e suas entregas para a melhoria dos resultados assistenciais.

Consolidar as Comissões Obrigatórias - melhorar em 10% do resultado. Com ênfase no gerenciamento dos resultados da Infecção relacionada a assistência à saúde em todas as unidades. Reduzir em incidências das infecções conforme as metas pactuadas.

Ampliar a Telemedicina e Consolidar os acessos. Ampliar e oferecer a utilização das agendas para os beneficiários tais como: aumentar os serviços/especialidades de atendimentos ambulatoriais, pronto socorro, terapias e outros. Monitoramento centralizado e triagem virtual. Atenção para os grandes impactos de novas doenças e surtos.

Ampliar a verticalização dos serviços assistenciais com ênfase em pacientes cirúrgicos, críticos e/ou crônicos. Modelos de remuneração alinhados à qualidade assistencial (bundle / capitation). Verticalização com ênfase nos procedimentos hospitalares e alto custo.

Aumentar o direcionamento das despesas assistenciais para a rede própria - meta $\geq 75\%$. Com os objetivos nas verticalizações institucionais buscar ampliações nas especialidades definidas como prioritárias. Atendimento personalizado e humanizado.

Continuação da Expansão - Inauguração do Hospital de Retaguarda (65 leitos); expansão do CAIS 3 e ampliação dos serviços de SADTs. Com os objetivos nas verticalizações institucionais buscar ampliações nas especialidades definidas como prioritárias. Atendimento personalizado e humanizado.

Gestão de Pessoas. Fortalecer a eficiência do Plano de desempenho das lideranças; Campanha de liderança com foco na delegação e flexibilidade, promover programa institucional para melhorar o engajamento, Plano de desenvolvimento para admitidos e promovidos. Preparação dos gestores para entrevistas de seleção. Avaliar mudança de contratação para algumas áreas. Consolidar ferramenta que apoia a gestão de escala e automação dos processos. Promover programas para atender os colaboradores por perfil.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2026.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

ATIVO	Nota Explicativa	R\$	R\$
ATIVO CIRCULANTE		205.543.731	165.133.851
Disponível	6	12.117.894	15.454.798
Realizável	7	193.425.837	149.679.053
Aplicações Financeiras		144.761.017	114.535.273
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		92.482.185	80.449.618
Aplicações Livres		52.278.832	34.085.655
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	8	11.833.317	14.408.802
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber		11.815.519	14.389.844
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		17.798	18.958
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Operadora		1.783.847	1.670.590
Créditos Tributários e Previdenciários		432	432
Bens e Títulos a Receber	9	33.487.004	18.231.049
Despesas Antecipadas		1.560.220	832.906
ATIVO NÃO CIRCULANTE		376.658.255	386.977.549
Realizável a Longo Prazo	10	4.155.604	14.272.811
Títulos e Créditos a Receber		67.992	10.919.941
Depósitos Judiciais e Fiscais		4.087.612	3.352.870
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	11	372.502.651	372.704.738
Imóveis de Uso Próprio		197.857.351	202.074.462
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		113.407.653	115.772.813
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		84.449.698	86.301.650
Imobilizado de Uso Próprio		24.249.817	29.243.901
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		18.391.955	21.999.767
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		5.857.862	7.244.135
Imobilizações em Curso		18.306.429	4.723.367
Outras Imobilizações		33.040.865	35.914.448
Direito de Uso de Arrendamentos		99.048.189	100.748.560
TOTAL DO ATIVO		582.201.986	552.111.400

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em Reais)

PASSIVO	Notas Explicativas	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		189.411.194	197.932.413
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	99.111.237	112.246.159
Provisões de Prêmios / Contraprestações	13	39.216.181	39.462.037
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		39.216.181	39.462.037
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	13	11.408.918	9.517.872
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores		38.297.201	48.786.500
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	13	10.188.937	14.479.750
Outras Provisões Técnicas			
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		2.972.014	2.771.677
Contraprestações / Prêmios a Restituir		58.113	58.113
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		2.183.096	2.313.947
Comercialização sobre Operações		700.223	371.358
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		25.967	27.399
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	14	4.615	860
Débitos com Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Pl. Saúde da Oper.		-	225.291
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		11.810.152	10.232.074
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	5.367.347	14.068.442
Débitos Diversos	16	70.150.444	58.388.771
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		140.713.313	145.059.520
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	17	7.780.845	5.617.632
Provisões	17	26.708.613	24.999.239
Provisões para Ações Judiciais		24.900.826	22.800.170
Provisões Para outras Contingências		1.807.787	2.199.069
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	7.033.650	8.554.353
Tributos e Contribuições		4.115.409	4.290.150
Parcelamento de Tributos e Contribuições		2.918.241	4.264.203
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	15	4.166.667	9.534.014
Débitos Diversos	17.4	95.023.538	96.354.282
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		252.077.479	209.119.467
Capital Social / Patrimônio Social	3.1.6	209.119.467	183.506.148
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado	32	42.958.012	25.613.319
TOTAL DO PASSIVO		582.201.986	552.111.400

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em Reais)

Descrição	Notas Explicativa	2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	18	911.945.617	903.529.945
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		911.945.617	903.529.945
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		911.945.617	903.529.945
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	19	(692.463.473)	(696.783.150)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(696.754.285)	(691.883.741)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		4.290.812	(4.899.409)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		219.482.144	206.746.795
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		4.720.272	5.004.963
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		55.329.934	33.307.821
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	21	9.717.690	9.948.602
Outras Receitas Operacionais	22	45.612.244	23.359.219
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(21.568.885)	(24.101.408)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	23	(2.697.860)	(4.253.482)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(3.981.516)	(3.515.065)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(14.889.509)	(16.332.860)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	24	(120.999.545)	(102.389.408)
RESULTADO BRUTO		136.963.920	118.568.763
Despesas de Comercialização		(14.922.545)	(30.333.866)
Despesas Administrativas	25	(99.745.835)	(74.627.944)
Resultado Financeiro Líquido		20.684.020	12.022.824
Receitas Financeiras		27.416.286	20.255.444
Despesas Financeiras		(6.732.266)	(8.232.620)
Resultado Patrimonial		(21.548)	(16.457)
Despesas Patrimoniais	26	(21.548)	(16.457)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		42.958.012	25.613.319
RESULTADO LÍQUIDO		42.958.012	25.613.319

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em Reais)

<i>Descrição</i>	<i>Patrimônio Social</i>	<i>Superávit/ Déficit do Exercício</i>	<i>Total</i>
	R\$	R\$	R\$
Saldo em 31.12.2023	167.915.335	18.032.482	185.947.817
Santa Casa de Misericórdia de Francisco Morato	(2.441.669)		(2.441.669)
Transferência para o Patrimônio Social	18.032.482	(18.032.482)	-
Superávit do Exercício		25.613.319	25.613.319
Saldo em 31.12.2024	183.506.148	25.613.319	209.119.467
Transferência para o Patrimônio Social	25.613.319	(25.613.319)	-
Superávit do Exercício		42.958.012	42.958.012
Saldo em 31.12.2025	209.119.467	42.958.012	252.077.479

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
Em R\$

	2025 R\$	2024 R\$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	915.040.461	914.845.427
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	440.767.298	334.813.016
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	20.949.864	11.967.826
(+) Outros Recebimentos Operacionais	42.628.000	20.339.501
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(518.756.861)	(516.568.766)
(-) Pagamento de Comissões	(13.495.471)	(28.777.310)
(-) Pagamento de Pessoal	(178.709.615)	(150.923.094)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(61.819.278)	(69.699.227)
(-) Pagamento de Tributos	(69.725.094)	(50.309.070)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(9.405.854)	(5.088.914)
(-) Pagamento de Aluguel	(13.121.857)	(12.084.274)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(9.160.141)	(7.299.440)
(-) Aplicações Financeiras	(470.993.042)	(362.519.334)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(47.160.487)	(46.364.556)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	27.037.923	32.331.785
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(13.590.404)	(6.665.328)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(866.084)	(962.927)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(14.456.488)	(7.628.255)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	-
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	911.805	6.188.079
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(1.141.503)	(627.457)
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(15.688.642)	(18.288.185)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(15.918.341)	(12.727.563)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(3.336.905)	11.975.967
CAIXA – Saldo Inicial	15.454.798	3.478.831
CAIXA - Saldo Final	12.117.894	15.454.798
Ativos Livres no Início do Período	34.085.655	14.951.049
Ativos Livres no Final do Período	52.278.832	34.085.655
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	18.193.177	19.134.606

Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis, sendo assim parte integrante das mesmas.

Anexo nº 5

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em Reais)

	2025	2024
	R\$	R\$
Resultado Líquido do Exercício	42.958.012	25.613.319
Componentes do Resultado Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	42.958.012	25.613.319

As Notas Explicativas complementam estas Demonstrações Contábeis,
sendo assim parte integrante das mesmas.

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO
CNPJ Nº 60.975.174/0001-00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Nota 1 - Contexto Operacional

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão é uma entidade civil brasileira, de fins não econômicos, de caráter assistencial, beneficente e filantrópica e de índole apolítica, que tem por objetivo:

- I. Operar Plano de Saúde e manter programas de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, observando os termos do Regulamento;
- II. Criar, manter e administrar casa de repouso, asilo, creches e outras entidades voltadas para a assistência à saúde.
- III. Celebrar convênios com outras instituições para prestação de assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica aos associados, a critério da Diretoria;
- IV. Manter e editar um periódico para orientação dos associados;
- V. Prestar gratuitamente assistência médica ambulatorial, hospitalar, sanatorial e odontológica às pessoas indigentes e/ou carentes de recursos.

Para atender esses objetivos, mantém os seguintes Departamentos:

- ◆ Sede Social;
- ◆ Departamento de Assistência Médica Ambulatorial, Hospitalar, Sanatorial e Odontológica;
- ◆ Hospital e Maternidade São Cristóvão;
- ◆ Sanatório São Cristóvão;
- ◆ Casa de Repouso São Cristóvão;
- ◆ Lar das Crianças São Cristóvão;
- ◆ Lar Geriátrico São Cristóvão;
- ◆ Centro de Estudos e Pesquisas.

A Associação é reconhecida como utilidade Pública Federal, conforme o Decreto nº 85.752/1981, possuindo o registro no Conselho Nacional de Serviço Social, como entidade de fins filantrópicos, conforme Certificado definitivo expedido em 29/04/1981, de acordo com o Decreto-Lei nº 1.572/1977.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde SUPLEMENTAR – ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS RN nº 528 de 29/04/2022.

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Associação (moeda funcional). Tais Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais.

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração da Associação em 19 de fevereiro de 2026.

Nota 3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 - Base de Preparação e Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas como mencionadas na Nota nº 2. A elaboração das Demonstrações Contábeis em conformidade com a Resolução Normativa ANS RN nº 528 de 29/04/2022, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis e estão divulgadas na Nota nº 4. Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que se espera serem necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A Administração informa que a Operadora possui recursos para garantir a continuidade de seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade

de continuar operando. Portanto, estas Demonstrações Contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Em conformidade com o previsto no item IV, do artigo 29, da Lei nº 12.101/2009, e em atendimento as Normas Contábeis emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), a partir do exercício de 2020, a Operadora não reconhece mais em sua escrituração contábil o valor da renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições federais, municipais e estaduais usufruídos pela imunidade tributária que goza.

3.1.1 - Ativo Circulante - O Ativo Circulante está demonstrado pelos valores de custo deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para reduções ao valor recuperável.

3.1.1.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidade)

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

3.1.1.2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos, no caso de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro que não seja pelo valor justo, por meio do resultado, dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de Ativo Financeiro ou Passivo Financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data do Balanço, de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado; de investimentos, mantidos até o vencimento; de empréstimos e de recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda e de passivos financeiros, mensurados a valor justo no Resultado e outros passivos financeiros.

3.1.1.3 - Aplicações Financeiras

Os títulos e valores mobiliários possuem características de disponível para venda e estão acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado) que se aproximam do valor justo.

3.1.1.4 - Contraprestação Pecuniária a Receber

As contraprestações pecuniárias a receber decorrentes das operações com Plano de Saúde correspondem aos valores das mensalidades a receber dos associados aos Planos de Saúde comercializados pela Associação.

Essas contraprestações são reconhecidas pelo valor justo, ou seja, reconhecidos pelo valor cobrado ou nominal. A constituição das provisões para perdas com esses créditos contempla as mensalidades vencidas a mais de 60 dias para pessoa física e de 90 dias para pessoa jurídica.

3.1.1.5 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoques “custo médio”.

3.1.1.6 - Demais Créditos a Receber

Os títulos e créditos decorrentes de operações não relacionadas aos planos correspondem, principalmente, a operações no atendimento hospitalar a particulares e a convênios.

Esses créditos são reconhecidos pelo valor justo, ou seja, pelo valor efetivamente faturado. A provisão para perdas com esses créditos contempla os títulos e créditos vencidos há mais de 90 dias.

3.1.2 - Ativo Não Circulante

3.1.2.1 - Realizável a Longo Prazo

Os valores dos depósitos judiciais são reconhecidos à medida do efetivo desembolso conforme determinação do Poder Jurídico.

Não há constituição para provisão de perdas com esses créditos cuja expectativa de realização está atrelada à expectativa de desembolso estimado para liquidação das Ações contra a Associação.

3.1.2.2 - Imobilizado

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os Terrenos não são depreciados. A depreciação de outros Ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos
Edificações	50
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	10
Móveis Hospitalares	10
Equipamentos de Processamento Dados	10
Máquinas e Equipamentos não hospitalares	10
Móveis e Utensílios não hospitalares	10
Veículos e Acessórios	5

Os Direitos de Uso de Arrendamento são registrados inicialmente pelo valor original contidos nos Contratos de Arrendamento e, quando aplicável, ajustado ao valor seu valor presente. A taxa média de depreciação dos é de 15% a.a.

3.1.3 - “Impairment” de Ativos Não Financeiros

Os Ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.1.4 - “Impairment” de Ativos Financeiros

A Associação avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativo financeiro que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Associação usa para determinar se há evidências objetivas de uma perda por “impairment” incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Quebra de Contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Associação reconhece uma redução ao valor recuperável sobre contraprestações a receber considerando as faturas em atraso acima de 60 dias para contratos individuais e 90 dias para contratos coletivos. Para os demais títulos e créditos a receber a redução ao valor recuperável considera aqueles em atraso acima de 90 dias.

As demais classes de ativos financeiros classificados como recebíveis não contêm ativos classificados como “impairment”.

3.1.5 - Passivo Circulante e Não Circulante - É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridos.

3.1.5.1 - Eventos a Liquidar Para Outros Prestadores de Serviços

Os eventos a liquidar são as obrigações a pagar pelos serviços prestados pela rede credenciada no atendimento aos Associados dos Planos de Saúde comercializados pela Associação, sendo que o prazo médio de pagamento não é superior a 30 dias.

Esses eventos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, considerando como tais os valores dos serviços estabelecidos em cláusulas contratuais.

Os eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS são registrados pelos valores notificados pela AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS atendendo as diretrizes da Instrução Normativa ANS – IN Nº 25, de 29 de abril de 2022 da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e as normas e procedimentos estabelecidos na RN Nº 528/2022.

3.1.5.2 - Tributos e Contribuições a Recolher

Os tributos e contribuições a recolher são registrados a partir do conhecimento do seu fato gerador. As obrigações legais suspensas por determinação judicial são reconhecidas como se devidos fossem contemplando os encargos financeiros aplicados em débitos vencidos.

3.1.5.3 - Empréstimos e Financiamento

As obrigações decorrentes de operações de empréstimos efetuados com as instituições financeiras autorizadas são reconhecidas pelo valor presente, contemplando os cálculos dos encargos incorridos estipulados contratualmente até a data de 31 de dezembro de 2024.

As parcelas a vencer superiores há 12 meses são registradas no Passivo não Circulante.

3.1.5.4 - Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como Passivo Circulante se o pagamento for devido no período de até um ano (ciclo operacional

normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentados como Passivo não Circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado como o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da Fatura correspondente, sendo que o prazo médio de pagamento é de 30 dias.

3.1.5.5 - Provisões

As provisões envolvendo as operações de assistência à saúde são calculadas com base nos critérios estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, contemplando estimativas atuariais com base em metodologia própria.

As provisões para Ações Judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Associação: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

A provisão de férias é constituída com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os encargos sociais correspondentes.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.1.6 - Patrimônio Social

O Patrimônio Social compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

3.1.7 - Reconhecimento da Receita

(a) Contraprestação Pecuniária de Assistência à Saúde

As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco através do cálculo “pró-rata-die”.

(b) Receitas Hospitalares

Correspondem às receitas não relacionadas com os Planos de Saúde comercializados pela Associação, proveniente dos serviços prestados dentro das dependências hospitalares a terceiros, sejam eles realizados a particulares e a Planos de Saúde mediante Contrato de rede conveniada.

Essas receitas são reconhecidas mediante a emissão mensal da Fatura.

(c) Receita Financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.1.8 - Gratuidades e Benefícios Fiscais Usufruídos

Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos de forma segregada. Os benefícios concedidos como gratuidade por meio da prestação de serviços são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado.

Os benefícios fiscais usufruídos decorrentes da renúncia Fiscal estão divulgados na Nota Explicativa nº 29.

Nota 4 - Julgamentos, Estimativas e Premissas Significativas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos Ativos e Passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Contábeis, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além de auxílio de especialistas, quando aplicável.

As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando à seleção de vida útil dos bens do Imobilizado, atualizações de débitos fiscais parcelados e ainda não consolidados, provisões fiscais, trabalhistas e cíveis, ao valor justo dos imóveis e dos instrumentos financeiros.

Nota 5 - Gestão de Risco Financeiro

As atividades da Associação se expõem a alguns riscos financeiros: Risco de Crédito e Risco de Liquidez.

(a) Risco de Crédito

O risco de créditos decorre de Caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposição de créditos a receber dos associados. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos considerados recebíveis. Em relação aos créditos a receber de associados, respeitando as Normas

do órgão regulador do mercado de Planos de Saúde, a prestação dos serviços aos associados está condicionada à sua pontualidade de pagamento da mensalidade.

(b) Risco de Liquidez

A previsão do Fluxo de Caixa é realizada pela Diretoria Financeira através da monitoração das previsões orçamentárias para assegurar que a Associação tenha Caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

O excesso de Caixa mantido pela Associação, além do saldo exigido para administração do Capital Circulante, é investido em Contas Correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos de valores mobiliários, escolhendo vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme as referidas previsões.

Nota 6 - Disponível

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Em R\$	Em R\$
Caixa	54.660	48.981
Bancos Conta Movimento	2.053.047	648.590
- Bancos Conta Movimento Sem Restrição	2.001.867	625.892
- Bancos Conta Movimento Com Restrição (*)	51.180	22.697
Aplicações de Liquidez Imediata	10.010.188	14.757.228
- Aplicações de LÍq. Imediata Sem Restrição	10.009.366	14.754.590
- Aplicações de LÍq. Imediata Com Restrição (*)	822	2.637
Total	12.117.894	15.454.799

(*) Referem-se aos recursos financeiros provenientes dos Contratos de Subvenções firmados por meio de Convênios com órgãos públicos.

Nota 7 - Aplicações Financeiras

Referem-se às aplicações/maneiras em Fundos de Investimentos, registradas ao valor justo, contemplando o valor de custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos financeiros até 31 de dezembro de 2025, estando assim apresentadas:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Em R\$	Em R\$
Aplicação Garantidoras das Provisões Técnicas	92.482.185	80.449.618
Fundo de Investimento Renda Fixa	92.482.185	80.449.618
Aplicações Livres	52.278.832	34.085.655
Títulos de Renda Variável	51.557.259	33.258.250
Fundo de Investimento Renda Fixa	721.573	827.405
Total	144.761.017	114.535.273

Nota 8 - Créditos de Operações de Planos de Assistência à Saúde

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Em R\$	Em R\$
Contraprestação Pecuniária Receber Assist. Médico-Hospitalar	60.515.885	62.115.792
Coletivo	22.902.450	20.934.899
Individual	37.613.435	41.180.892
Contraprestação Pecuniária a Receber Assist. Odontológica	995.452	959.286
Coletivo	381.159	333.941
Individual	614.293	625.345
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizados	63.102	53.545
(-) Provisão Para Perdas Sobre Créditos	(49.741.121)	(48.719.820)
Total	11.833.318	14.408.802

Nota 9 - Bens e Títulos a Receber

Estão compostos da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Em R\$	Em R\$
Estoque	10.069.334	9.284.249
Títulos a Receber	19.698.563	4.848.502
Outros Títulos a Receber / Adiantamentos	1.149.978	1.524.978
Imóveis a Venda (2)	3.600.223	3.600.223
(-) Provisão p/ Devedores Duvidosos (1)	(1.031.094)	(1.026.904)

Total	33.487.004	18.231.049
--------------	-------------------	-------------------

- (1) Refere-se a provisão para perdas esperadas com Títulos a Receber.
- (2) Refere-se ao Imóvel localizado no Município de São Paulo, Rua Valentim Magalhães, Mooca, objeto de negociação com a empresa Cyrela através de contrato de permuta financeira. A efetiva operação de permuta depende de cláusulas resolutivas contidas no Contrato celebrado.

Nota 10 - Realizável a Longo Prazo

Está composto da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>31/12/2025 Em R\$</i>	<i>31/12/2024 Em R\$</i>
Títulos e Créditos a Receber (a)	67.992	10.919.941
Depósitos Judiciais e Fiscais	4.087.612	3.352.870
Total	4.155.604	14.272.811

Nota 11 – Imobilizado

Nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os bens do Ativo Imobilizado estão representados da seguinte forma:

Saldo em 31/12/2025				
	Custo	Deprec./Amortização (-)	Líquido	Líquido 31/12/2024
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	248.965.136	51.107.784	197.857.351	202.074.462
IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	151.070.943	37.663.289	113.407.653	115.772.813
Terreno	15.110.398	-	15.110.398	15.110.398
Edificações	135.960.544	37.663.289	98.297.255	100.662.415
OUTROS IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO	97.894.193	13.444.495	84.449.698	86.301.650
Terrenos	45.937.530	-	45.937.530	45.937.530
Edificações	51.956.663	13.444.495	38.512.168	40.364.119
BENS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO HOSPITALARES	47.257.612	28.865.657	18.391.955	21.999.767
Equipamentos Aparelhos Hospitalares	42.084.680	25.777.895	16.306.785	19.290.374
Móveis Hospitalares	5.011.540	2.959.723	2.051.817	2.669.364
Instalações –Hospitalares	161.392	128.039	33.353	40.028
OUTROS MÓVEIS DE USO PRÓPRIO	27.274.964	21.417.101	5.857.861	7.244.135
Equipamentos de Processamento Dados	13.446.975	11.985.953	1.461.022	2.526.765
Máquinas e Equipamentos não Hospitalares	5.445.349	3.962.074	1.483.274	1.493.605
Móveis e Utensílios não Hospitalares	8.120.142	5.206.576	2.913.565	3.213.630
Veículos e Acessórios	262.498	262.498	-	10.134

IMOBILIZAÇÃO EM CURSO – HOSPITALARES	18.306.428	-	18.306.428	4.723.367
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES (1)	51.115.924	18.075.060	33.040.864	35.914.448
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	51.115.924	18.075.060	33.040.864	35.914.448
Direito de Uso de Arrendamento	132.364.248	33.316.059	99.048.189	100.748.560
TOTAL DO IMOBILIZADO	525.284.312	152.781.661	372.502.651	372.704.738

(1) Refere-se aos gastos com a ampliação de novas instalações da Rede Hospitalar que se encontram em andamento. A composição desses gastos está demonstrada a seguir por projetos:

Obras em andamento	Previsão de término Mês/Ano	Saldo em 31/12/2025
PROJETO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO	jan/26	38.371
PROJETO CAAV I - MELHORIA DA SETORIZAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO AMBULATÓRIO	jan/26	616.722
P.A.I. CONTINUAÇÃO DA AMPLIAÇÃO DO PSA- 4º ETAPA	ago/27	18.000
PROJETO HOSPITAL DIA - 1ºANDAR + NOVA UAR	dez/26	7.503.094
HOSPITAL DE RETAGUARDA NO PRÉDIO DA AV. PAES DE BARROS, N 700 MOOCA	dez/27	5.658.287
UNID. DE INTERNAÇÃO 3º ANDAR - REFORMA DOS QUARTOS 301 À 308	jan/26	175.150
CAIS II - NOVO ESTACIONAMENTO RUA CAMÉ	jan/26	1.288.284
OBRA DA NOVA UTI - SANTA CASA DE FRANCISCO MORATO	jan/26	1.094.138
PROJETO - CASA DOS RESIDENTES	jan/26	203.437
REFORMA PARA MELHORIAS CME	set/26	41.558
PROJETO IMPLANTAÇÃO DE TUBO PNEUMÁTICO LABORATÓRIO	jan/26	310.000
PROJETO DE ADEQUAÇÃO PARA 02 SALAS DE TOMOGRAFIA NO 2SS	jun/26	15.730
AMPLIAÇÃO PSI - 2º FASE	jan/26	755.525
NOVA SALA DE TOMOGRAFIA - CAAV VII UNID. ANÁLIA FRANCO	jan/26	484.454
OUTROS PROJETOS	jan/26	103.679
TOTAL		18.306.429

Nota 12 - Provisões Técnicas

As Resoluções Normativas RN nº 574/2023, dispõem sobre os critérios de constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde.

a) Provisão de Eventos a Liquidar

É constituída para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data de 31 de dezembro de 2025, independentemente da emissão ou não do documento fiscal pelo prestador de serviços.

Os eventos indenizáveis provenientes do Ressarcimento ao SUS são reconhecidos mensalmente com base nos valores das notificações dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI), reduzidos pelo percentual histórico de cobrança individual da Operadora (% hc), bem como com base nos avisos de cobrança (GRU).

b) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Estimada atuarialmente para fazer frente aos pagamentos de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Associação.

c) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS (PEONA-SUS)

A Resolução Normativa RN nº 442/2018 promoveu alterações na RN nº 393/2015 e, dentre essas, instituiu a Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS – PEONA SUS. Ao final do exercício de 2022, a PEONA-SUS foi constituída de acordo com os artigos 12-A e 20-A e Anexo VIII da RN nº 393/2015 (revogada pela RN Nº 574/2023) da Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS. A partir de 2023, a PEONA-SUS foi constituída de acordo com a Nota Técnica Atuarial.

c) Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganha

A Provisão de Prêmio ou Contribuição Não Ganha é constituída valor mensal cobrado pela Associação para cobertura de risco contratual da vigência iniciado em determinado mês, apropriada a Receita de Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Nota 13 - Movimentação das Contas de Provisões Técnicas, Eventos a Liquidar, Despesas de Comercialização e de outros Débitos das Operações com Planos de Assistência à Saúde

<i>Descrição</i>	<i>Saldo de Abertura R\$</i>	<i>Constituição R\$</i>	<i>Reversão Baixa R\$</i>	<i>Saldo Final R\$</i>
Provisão de Contraprestação Não Ganha	39.462.037	915.906.481	916.152.336	39.216.181
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	9.517.872	48.426.286	46.535.240	11.408.918
Provisões de Eventos a Liquidar Outros Prestadores	19.972.136	1.410.364.650	1.414.327.754	16.009.032
Provisões de Eventos a Liquidar Rede-Própria	28.814.364	451.820.963	458.347.158	22.288.169

Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	11.053.763	456.863	5.442.177	6.068.449
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados SUS	3.425.986	818.004	123.503	4.120.488
Total	112.246.159	2.827.793.246	2.840.928.168	99.111.237

Nota 14 - Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se à remuneração dos honorários médicos pela prestação de serviços médico-hospitalares não relacionados ao Plano de Assistência à Saúde, principalmente com atendimentos a particulares e a outras Operadoras de Plano de Saúde decorrentes de Contratos de Convênios firmados.

Nota 15 - Empréstimos e Financiamentos a Pagar

Em 31/12/2025 estão compostos da seguinte forma:

Contrato	Data do Contrato	Vencimento	Taxa	Circulante	Não Circulante	Total
CAPITAL DE GIRO						
SANTANDER 1036311	19/04/2021	24/03/2026	cdi +5,45% a.a	374.284	-	374.284
B.BRASIL 334.702.908	14/11/2022	20/10/2027	cdi +2,99%a.a	3.001.384	2.292.611	5.293.995
B.BRASIL 334.702.909	18/11/2022	20/10/2027	cdi +2,99%a.a	2.715.538	2.074.267	4.789.805
(-)JUROS A AMORTIZAR CAPITAL DE GIRO				(723.860)	(200.211)	(924.071)
Total				5.367.346	4.166.667	9.534.013

Nota 16 - Débitos Diversos

Estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Em R\$	Em R\$
Obrigação com Pessoal	31.728.827	27.946.737
Fornecedores	28.070.476	19.414.070
Depósitos de Beneficiários e de Terceiros	956.058	1.154.207

Outros Debitos a Pagar	295.475	1.176.492
Passivo de Arrendamento	9.099.609	8.697.265
Total	70.150.445	58.388.771

Nota 17 - Passivo não Circulante

Estão compostos da seguinte forma:

17.1 - Provisões Técnicas de Op. Assistência à Saúde

Correspondem aos eventos a liquidar provenientes do Ressarcimento ao SUS objeto de parcelamento junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS cujos vencimentos são superiores a um ano.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
	Em R\$	Em R\$
Provisões Técnicas de Op. De Assistência à Saúde (Nota 17.1)	7.780.845	5.617.632
Provisões (Nota 17.2)	24.900.826	22.800.170
Provisão para Ressarcimento ao SUS (sem GRU, excedente ao hc x ABI)	1.807.787	2.199.069
Tributos e Contribuições a Recolher (Nota 17.3)	7.033.650	8.554.353
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (Nota 15)	4.166.667	9.534.014
Débitos Diversos	-	95.817
Passivo de Arrendamento	89.948.505	92.051.219
Parcelamentos de Tributos	4.207.246	4.207.246
Multas Administrativas ANS	867.787	-
Total	140.713.313	145.059.520

17.2 - Provisões

A Associação avalia suas Contingências Ativas e Passivas através das determinações emanadas das disposições e critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC nº 25, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Instrução Normativa RN nº 528/2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Para fins de classificação dos Ativos e Passivos em contingentes ou não, este CPC usa os termos praticamente certo, provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- (a) **Praticamente certo** - este termo é mais fortemente utilizado no julgamento de contingências ativas. Ele é aplicado para refletir uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. Essa certeza advém de situações cujo controle está com a Administração de uma entidade, e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (b) **Provável** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (c) **Possível** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém, maior que remota.
- (d) **Remota** - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A Associação possui Processos Judiciais de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária. A posição desses Processos está demonstrada por riscos de possíveis ganhos ou perdas avaliadas pelos Assessores Jurídicos, como segue:

Contingências Ativas

A Associação não reconhece os Ativos contingentes em sua escrituração contábil.

Natureza	Quantidade	Probabilidade de Ganho- R\$				Total
		Remota	Possível	Provável	Praticamente Certa	
Fiscais	7	164.351.211	1.862.787	-	-	166.213.998
Cíveis	740	1.344.513	2.197.725	4.565.296	-	8.107.534
Total	747	165.695.724	4.060.512	4.565.296	-	174.321.532

Contingências Passivas

Contingência	Quantidade	Detalhamento por Probabilidade de Perda			
		Valor Reclamado (a) – R\$			
		Remota	Possível	Provável	Total
Fiscal	49	367.710.036	3.097.365	72.562	370.879.963
Trabalhistas	348	10.517.750	20.272.518	25.229.469	56.019.737
Administrativa	165	-	4.215.000	11.465.000	15.680.000
Cível	1.269	5.511.584	46.957.661	31.628.356	84.097.601

Total	1.831	383.739.370	74.542.544	68.395.387	526.677.301
--------------	--------------	--------------------	-------------------	-------------------	--------------------

(a) O valor reclamado corresponde ao valor original da causa.

Detalhamento por Probabilidade de Perda						
Valor Desembolso Esperado – R\$						
Descrição	Quantidade	Remoto	Possível	Provável	Total	Valor Constituído
Fiscal (b)	49	226.954.467	2.659.627	72.562	229.686.656	72.562
Trabalhistas	348	4.619.870	19.287.069	5.442.288	29.349.227	5.442.288
Administrativa	165	-	-	11.533.518	11.533.518	11.533.518
Cível (c)	1269	3.818.388	45.050.956	7.852.458	56.721.802	7.852.458
Total	1831	235.392.725	66.997.652	24.900.826	327.291.203	24.900.826

(b) Referem-se, principalmente, aos Processos Administrativos decorrentes dos Autos lavrados pela Receita Fazendária decorrente dos impostos incidentes sobre a importação de equipamentos e materiais bem como dos Autos de Infração referente ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza (Nota Explicativa nº 31).

(c) Referem-se aos Processos Administrativos decorrentes das Multas aplicadas pela ANS.

(d) Referem-se aos Processos cíveis cujos valores mais representativos estão vinculados a Processos por danos de responsabilidade cível.

A posição da provisão para contingência constituída no exercício está apresentada da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025 Em R\$	31/12/2024 Em R\$
Tributárias	72.562	-
Cíveis	7.852.458	8.542.817
Trabalhistas	5.442.288	3.315.814
Administrativa	11.533.518	10.941.539
Total	24.900.826	22.800.170

17.3 - Tributos e Contribuições a Recolher

Referem-se aos valores das obrigações legais de Imposto de Renda e dos acréscimos legais correspondentes até a data-base de 31 de dezembro de 2008, que tiveram sua exigibilidade suspensa através das compensações efetuadas com créditos tributários

pleiteados pela Associação através do Processo Administrativo nº 19679.005808/2005-51, classificados no Passivo não Exigível com base na expectativa de realização (pagamento desses valores) pela Associação.

17.4 – Outros Débitos

A posição de Outros Débitos esta apresentada da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>2025 Em R\$</i>	<i>2024 Em R\$</i>
Fornecedores	4.207.246	4.207.246
Multas Administrativas	867.786	907.674
Passivo de Arrendamento	89.948.505	91.276.031
Total	95.023.538	96.390.952

17.5 - Passivo de Arrendamento

Com a publicação da Resolução Normativa RN nº 472/2021, posteriormente revogada pela RN 528/2022, da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, que trata do Plano de Contas Padrão a partir do exercício de 2022, as Operadoras de Plano de Saúde tiveram que aplicar o Pronunciamento Contábil CPC nº 06 (R2) - Arrendamento o qual requer o reconhecimento o valor global contratado a valor presente dos direitos de uso de Imóveis de terceiros. O saldo do Passivo de Arrendamento provenientes desses Contratos estão segregados da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>31/12/2025 Em R\$</i>	<i>31/12/2024 Em R\$</i>
Circulante	9.099.609	8.697.265
Não Circulante	89.948.505	92.051.219
Total	99.048.114	100.748.484

Os valores dos Passivo de Arrendamento no Passivo não Circulante têm os seguintes prazos:

Descrição	31/12/2025 Em R\$
2027	8.083.610
2028	7.547.991
2029	7.411.298
2030	7.235.298
2031	7.195.700
Posteriores a 2031	52.474.608
Total	89.948.505

Nota 18 - Contraprestações Emitidas Líquidas

Referem-se às receitas relativas à prestação de assistência médica à saúde, provenientes da cobrança de mensalidades dos Associados apropriadas pela cobertura do Risco, considerando como tal a data de início da cobertura.

Nota 19 - Eventos Indenizáveis Líquidos

Referem-se aos eventos líquidos provenientes do atendimento aos Associados prestados pelas Redes Conveniadas e pelo Hospital e Maternidade São Cristóvão.

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar Eventos Médico Hospitalares Assistência Médico-Hospitalar, do Documento de Informações Periódicas – DIOPS, está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos Planos Individuais firmados, posteriormente, à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

Cobertura Assistencial com Preço Pré-Estabelecido – R\$

Carteira de Planos Individuais pós Lei nº 9.1998

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapia	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	TOTAL
Rede Própria	93.476.676	69.447.253	23.265.329	210.027.893	111.393.822	-	507.610.973
Rede Contratada	24.257.254	37.763.088	79.387.664	19.605.648	19.627.054	1.801.581	182.442.288
Reembolso	9.200	2.427	157.670	6.000	67.213	-	242.510
TOTAL	117.743.129	107.212.768	102.810.662	229.639.541	131.088.089	1.801.581	690.295.771

Nota 20 - Contratos de Plano de Saúde - Margem de Contribuição

	INDIVIDUAL/FAMILIAR		COLETIVO EMPRESARIAL		COLETIVO POR ADESÃO		TOTAL	
Saldo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024								
DESCRIÇÃO	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contraprestações	621.333.458	614.482.371	267.055.620	263.375.465	18.737.829	20.960.280	907.126.907	898.818.117
Tributos diretos (PIS/COFINS)	-	-	-	-	-	-	-	-
(PIS/COFINS)								
RECEITA LÍQUIDA	621.333.458	614.482.371	267.055.620	263.375.465	18.737.829	20.960.280	907.126.907	898.818.117
Eventos indenizáveis	-491.603.528	-178.525.427	-185.157.684	-178.525.427	-13.534.559	-15.337.956	-690.295.771	-372.388.809
Consultas médicas	(79.785.332)	(24.318.185)	(35.591.548)	(24.318.185)	(2.366.249)	(2.113.161)	(117.743.129)	(50.749.531)
Outros atendimentos ambulatoriais	(92.561.684)	(36.895.715)	(36.135.935)	(36.895.715)	(2.390.470)	(2.325.529)	(131.088.089)	(76.116.959)
Exames	(72.489.031)	(34.121.794)	(32.585.468)	(34.121.794)	(2.138.269)	(2.655.809)	(107.212.768)	(70.899.397)
Terapias	(78.407.545)	(5.611.335)	(21.692.058)	(15.611.335)	(2.711.059)	(2.553.569)	(102.810.662)	(33.776.238)
Internações	(166.929.869)	(67.182.957)	(58.841.218)	(67.182.957)	(3.868.454)	(5.620.351)	(229.639.541)	(139.986.264)
Demais despesas médico-hospitalares	(1.430.067)	(395.441)	(311.458)	(395.441)	(60.057)	-69.537	(1.801.581)	(860.419)
Procedimentos odontológicos	-	-	-	-	-	-	0	0
Outras formas de Pagamento	-	-	-	-	-	-	0	0
RESULTADO BRUTO	129.729.930	435.956.945	81.897.936	84.850.038	5.203.270	5.622.325	216.831.136	526.429.307
Despesas de comercialização	(9.194.145)	(15.851.052)	(2.254.917)	(11.906.764)	(3.473.483)	(2.576.050)	(14.922.545)	(30.333.866)
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO	120.535.785	420.105.893	79.643.019	72.943.275	1.729.787	3.046.274	201.908.591	496.095.442

Nota 21 - Receitas com Operação de Assistência Médico-Hospitalar

Referem-se a outras receitas e despesas provenientes de operações não relacionadas com os Planos de Assistência Médica à Saúde, compostas, em sua maior parte, das receitas e dos custos do Hospital e Maternidade São Cristóvão pela prestação dos serviços à rede conveniada, como segue:

Descrição	2025 Em R\$	2024 Em R\$
Serviços Hospitalares	6.493.059	6.165.088
Honorários Médicos	1.828.136	2.151.309
SADT	2.296.003	2.091.105
Inaloterapia	183.809	193.984
Materiais	1.074.060	1.220.015
Medicamentos	790.299	703.749
Reversão/Dedução de Receitas	(2.947.676)	(2.576.648)
Total	9.717.690	9.948.602

Nota 22 - Outras Receitas Operacionais

Estão compostas da seguinte forma:

Descrição	2025 Em R\$	2024 Em R\$
Recuperação Contingências Cíveis	2.744.892	1.155.728
Recuperação Contingências Trabalhistas	739.301	1.122.029
Estacionamento	5.287.632	4.356.117
Aluguéis	773.251	645.299
Receitas de Subvenções (Convênios Órgãos Públicos) (*)	27.332.811	7.992.409
Outras	8.734.358	8.087.636
Total	45.612.245	23.359.218

(*) Referem-se as receitas provenientes dos Convênios de Subvenções mantidos junto aos órgãos públicos.

Nota 23 - Outras Despesas de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Referem-se aos valores de despesas de cobrança.

Nota 24 - Outras Despesas de Operações de Assistência à Saúde não Relacionado com Planos de Assistência à Saúde da Operadora

Estão compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>2025 Em R\$</i>	<i>2024 Em R\$</i>
Serviços Hospitalares para atendimentos Particulares	14.381.811	14.845.084
Serviços Prestados -SUS	71.672.820	31.213.011
Outras Despesas	34.944.913	56.331.313
Total	120.999.544	102.389.408

Nota 25 - Despesas Administrativas

São compostas na sua maioria por despesas provenientes de gastos do Departamento do Hospital, relativas a atendimentos de Sócios vinculados à Sede, sendo compostas da seguinte forma:

<i>Descrição</i>	<i>2025 Em R\$</i>	<i>2024 Em R\$</i>
Despesas c/ Administração e Pessoal Próprio	39.888.761	36.692.976
Despesas com Terceiros	24.964.461	10.508.890
Despesas com Localização e Funcionamento	15.373.530	11.535.568
Despesas com Publicidade e Propaganda	2.423.495	1.936.279
Despesas com Tributos	1.108.029	924.707
Despesas com Multas Administrativa	3.503.883	4.298.360
Despesas Administrativas Diversas	12.483.676	8.731.165
Total	99.745.835	74.627.945

Nota 26 - Resultado Patrimonial

Está composto na sua maior parte pelas receitas de donativos, auxílios e, principalmente, de recuperações de despesas dos Departamentos da Associação.

Nota 27 - Patrimônio Líquido Ajustado

A partir de 1º de janeiro de 2023, o referido capital das operadoras passa a ser apurado mensalmente com base no Capital Baseado em Riscos (CBR), conforme critérios definidos pela RN nº 569/2022. Trata-se de uma regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.

O Patrimônio Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, da Operadora estão demonstrados a seguir:

a) Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)

	Descrição	2025 <i>Em R\$</i>	2024 <i>Em R\$</i>
(+)	Patrimônio Líquido	252.077.480	209.119.467
(+)	Lucros não Realizados Carteiras de Ações	-	-
(+)	Receitas Antecipadas	-	-
(-)	Participação Em OPS avaliados por Equiv. Patrimonial	-	-
(-)	Despesas de Comercialização Diferidas	-	-
(-)	Despesas Antecipadas	1.560.220	832.906
(=)	Patrimônio Líquido Ajustado	250.517.260	208.286.561

b) Capital Regulatório

Capital Regulatório	Exigido (R\$)	Constituído (R\$)
Capital Base	771.738	250.517.260
Capital Baseado em Risco	100.630.886	252.077.480

Nota 28 - Cobertura de Seguros

A Associação possui as seguintes coberturas de seguros que considera suficiente:

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u> <u>R\$</u>
Danos Materiais-Básica-Incêndio (Inclusive decorrente De Tumultos), Queda De Raio, Implosão E Explosão	195.000.000,00
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado E Granizo	1.000.000,00
Impactos De Veículos Terrestres, Queda De Aeronaves Ou Quaisquer Outros Engenhos Aéreos Ou Espaciais	10.000.000,00
Tumultos	400.000,00
Roubo E Furto de bens Mediante Arrombamento, Nas Dependências Do Segurado	500.000,00
Roubo E Destruição De Valores Em Mãos E Portadores	300.000,00
Danos Elétricos	1.000.000,00
Derrame De Sprinklers	1.000.000,00
Desmoronamento	300.000,00
Equipamentos Eletrônicos Sem Roubo	1.000.000,00
Recomposição De Registros De Documentos	150.000,00
Vidros	500.000,00
Veiculos De Terceiros Em Estacionamento	300.000,00
Perda/Pagamento De Aluguel - Período Intermediário: 12 Meses	1.500.000,00
Deterioração De Mercadorias Em Ambientes Frigorificados	200.000,00
All Risks - Em Território Nacional	300.000,00
Derrame E/Ou Vazamento De Tubulação Hidráulica Danos Por Água	100.000,00
Despesas Fixas- Período Indenitário: 12 Meses	30.000.000,00
Responsabilidade Civil – Operações	1.000.000,00
Garantia De Veículos De Terceiros Em Estacionamento	300.000,00

Nota 29 – Renúncia Fiscal

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em observância aos seus objetivos institucionais desenvolve suas atividades, sem a finalidade lucrativa, com

todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea “c”, do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão divulga a renúncia fiscal decorrente dos impostos e contribuições usufruídos, como segue:

Descrição	2025 R\$	2024 R\$
Contribuição Previdenciária	50.372.467	42.893.385
Pis s/ Folha de Pagamento	1.910.298	1.585.287
Cofins	21.198.185	20.624.965
CSLL	2.292.964	836.929
Cofins S/ Receita Financeira	822.489	607.663
Subtotal - Contribuições	76.596.403	66.548.230
ISS	46.503.047	45.805.694
IRPJ	6.345.345	2.300.803
IR s/rendimentos financeiros	4.189.955	2.393.565
Subtotal Impostos	57.038.347	50.500.062
Total da Renúncia Fiscal	133.634.750	117.048.292

Nota 30 - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão - ABFSC, é uma entidade reconhecida pelo seu compromisso com a Responsabilidade Social e Filantropia por meio de diversos programas nas áreas Sociais, Educação e, principalmente na área Saúde, onde tem reconhecido seu CEBAS.

O ano de 2025 foi marcado pela gestão da Santa Casa com CNPJ Filial do São Cristóvão, portanto, integração total dos processos RH, TI, Contabilidade, Financeiro, Compras, Farmácia, Estoque e outros, como etapas da conclusão do processo de incorporação da Santa Casa de Francisco Morato – SCFM como uma Unidade (filial) da ABFSC.

Esta integração SCFM com processos e práticas permitiu e promoveu uma renegociação e uma reorganização das atividades, ampliando a oferta de serviços ao SUS, tal como a nova UTI Unidade de Terapia Intensiva, reforçando o compromisso e sustentabilidade da Assistência de Qualidade prestada pela SCFM.

Destacamos ainda que 100% da capacidade da Santa Casa de Francisco Morato foi ofertada aos municípios de Francisco Morato e todos os municípios do Cimbaju – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Juquery – Francisco Morato, Franco Rocha, Caieiras, Cajamar, Mairiporã, perfazendo uma população assistida de mais 620.000 habitantes.

Quadro 2 – Atendimentos SUS e Não SUS - 2025

Estabelecimento/Vinculação	PACIENTE SUS			PACIENTE NÃO SUS		
	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação	Outros Procedimentos	Cirurgias	Internação
Hosp. Maternidade São Cristóvão*	7.684	56	76	3.871.317	12.907	20.829
Santa Casa Francisco Morato	1.087.503	3.672	7.889	-	-	-
Total	1.095.187	3.728	7.965	3.871.317	12.907	20.829
Total de Atendimento	1.106.880			3.905.053		

* + CA Mama

Fonte: ABFSC/25

Estabelecimento/Vinculação	Gratuidade/SUS - R\$
Hosp. Maternidade São Cristóvão*	20.701.545
Santa Casa Francisco Morato	100.318.964
Prog. CA Mama	7.831.708
Prevenção, Promoção e Educação em Saúde	14.361.344
Gastos Atendimento SUS (Total)	143.213.561

Nota 31 - Imunidade

a) Cebas

Por meio da Portaria MS/SAES nº 1.418/2024, de 31 de janeiro de 2024, foi deferido, sub judice, a Concessão do CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Operadora, em cumprimento à decisão judicial, acatou pela citada Concessão, referente ao Processo nº 25000.111399/2012-26.

Houve o trânsito em julgado desse processo em 2024 e, portanto, a entidade está em pleno gozo da imunidade tributária com a certificação pelo CEBAS de forma definitiva e tem validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação da Portaria.

b) ISS

Processo Judicial

Em 2 de dezembro de 2019 foi encerrada a fiscalização da imunidade tributária da Associação, pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), com a emissão de diversos Autos de Infração que totalizam R\$ 87 milhões, referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), dos exercícios de 2014 a 2017.

Foi emitido pelo Auditor Fiscal, da PMSP, o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional (lançamento SEI nº 6017.2019/0007178-8 (Operação Fiscal nº 1.930.214-2)).

A Associação goza de imunidade tributária de impostos, na forma do art. 150, VI, “c”, da Constituição, regulamentada pelo art. 14, incisos I, II e III, do Código Tributário Nacional, o qual cumpre em sua totalidade, isto é, não distribui lucro ou parcela de seu patrimônio, aplica os recursos em todo território nacional e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Os fundamentos da autuação não estão baseados no citado artigo 14 e seus três incisos.

A matéria foi judicializada por intermédio do Processo nº 1024091-12.2022.826.0053, sendo o referido crédito tributário garantido em sua totalidade ante admissão de garantia/caução real imobiliária em sede recursal (agravo nº 21071738320228260000).

Citado, o município de São Paulo apresentou Contestação, não obstante, juntou pedido de laudos de avaliação dos bens imóveis, os quais foram devidamente apresentados. Todavia, dado o teor das alegações em sede de Contestação, foi necessária a confecção de tréplica, na qual se defendeu a necessidade de prova pericial para a resolução da demanda, pedido o qual, posteriormente, o Juízo reconheceu e acatou.

Foram apontados diversos fatos contábeis que comprovam a situação legal na atuação dos serviços internos na Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão. Não obstante, também foram confeccionados critérios para perícia.

Foi obtido laudo pericial de grande relevância para comprovar que a entidade tem direito ao gozo da imunidade tributária. Foram confeccionadas ao Juízo peça de Alegações Finais com forte embasamento na perícia contábil, elucidando todas as conclusões e apontamentos que a perita chegou ao analisar os fatos contábeis e os critérios estabelecidos nos autos do processo.

Em sentença, o Juízo julgou improcedente a ação. Opôs-se então Embargos de Declaração, que foram rejeitados, razão pela qual interpôs-se a apelação que foi julgada procedente anulando o crédito.

A Prefeitura de São Paulo entrou com um Recurso Especial, mas ele não foi aceito porque o tribunal entendeu que esse tipo de recurso não pode analisar fatos e provas, conforme a Súmula 7 do STJ.

Contra essa decisão, a Prefeitura apresentou um agravo de instrumento, que ainda está aguardando julgamento.

Processo Administrativo

Houve uma segunda atuação fiscal, com os mesmos fundamentos que a primeira acima, emitida pelo Auditor Fiscal da PMSP - o Termo de Suspensão/Não Reconhecimento de Imunidade Tributária da Associação baseado no não cumprimento do inciso I, do artigo 14, do Código Tributário Nacional. Lançamento SEI nº 6017.2021/0067539-3 (operação fiscal nº 1.930.658-0)). Foi apresentada a competente impugnação administrativa demonstrando o cumprimento fiel dos requisitos trazidos no artigo 14, do CTN. Encerrada a fase administrativa, a Associação impetrou mandado de segurança em que foi concedida a tutela antecipada, portanto, os créditos com a exigibilidade suspensa.

Com a anulação do crédito dos Autos de Infração anterior por meio do julgamento dos embargos, comentado anteriormente, considerando que os fundamentos dos Autos de Infração são os mesmos, tem-se que os créditos desses últimos Autos também sejam anulados.

Houve provimento do pedido no mandado de segurança e consequente concessão da ordem para anular o processo administrativo até a fase de negativa de produção da prova pericial. Portanto, os créditos tributários oriundos dessa atuação – já suspensos pela medida liminar – encontram-se nesta fase também com exigibilidade suspensa pela reabertura do processo administrativo-fiscal, pois a despeito da interposição de apelação em mandado de segurança pela municipalidade de São Paulo, por tratar de ordem um mandado de segurança, os efeitos da apelação são apenas devolutivos.

c) Previdência Social

Em 31/01/2024 foram lavrados os Autos de Infração de corrente da fiscalização da Receita Federal do Brasil sobre relativo ao período de janeiro a dezembro de 2020 pelo descumprimento da requisitos para fruição à isenção do pagamento da contribuição previdenciária.

Houve uma decisão na primeira instância administrativa que manteve o crédito tributário. Contra essa decisão, foi apresentado um recurso voluntário ao CARF, que ainda está pendente de julgamento.

A assessoria jurídica da Operadora entrou com impugnação dos Autos, aguardando a manifestação da Receita Federal do Brasil.

A Associação é uma entidade imune, sendo que as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, baseadas no Parecer dos assessores jurídicos não contemplam reconhecimento de quaisquer tributos e contribuições decorrentes dos referidos Autos de Infração.

Nota 32 - Superávit do Exercício

O superávit do exercício, quando apurado, é aplicado integralmente no território nacional e na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais da Associação.

Nota 33 - Conciliação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais

Descrição	2025	2024
Resultado Líquido do Exercício	42.958.012	25.613.319
Ajuste do Resultado:		
Depreciação e Amortização	25.304.560	24.822.582
Variações Monetárias	1.849.899	(1.646.293)
(-) Prov. Perdas Com Créditos Op. Plano De Saúde	1.021.301	(21.155.381)
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos não relacionados aos Plano de Saúde	1.125.622	2.379.882
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos Outros Créditos	4.191	(57.652)
Outros Ajustes	-	(2.441.669)
Variações Patrimoniais:		
Aplicações	(30.225.743)	(27.706.319)
Créditos de Operações Com Planos De Assistência À Saúde	1.554.184	26.482.476
Créditos de Operações De Assistência À Saúde Não Relacionados Com Planos de Saúde	(1.238.879)	(2.444.358)
Outros Créditos	(4.408.197)	(1.184.733)
Despesas Antecipadas	(727.314)	(165.232)
Depósitos Judiciais E Fiscais	(734.742)	(366.088)
Provisões Técnicas De Operações De Assistência À Saúde	(10.971.708)	5.738.232
Débitos De Operações De Assistência À Saúde	200.337	249.725
Débitos De Operações De Assistência À Saúde Não Relacionados Com Planos	(225.291)	225.291
Tributos E Encargos Sociais A Recolher	57.375	7.387.156
Débitos Diversos	(215.056)	(12.596.304)
Provisões	1.709.374	9.197.150
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	27.037.925	32.331.784

Nota 34 - Teste de Adequação do Passivo – TAP

Em atendimento aos requisitos contidos na Resolução Normativa nº 528/2022, da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos de assistência médico-hospitalares

vigentes na data-base de avaliação, segregados para as carteiras Individual, Coletivo por Adesão e Coletivo Empresarial.

Este teste é elaborado anualmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de assistência médica à saúde e odontológico (quando aplicável), comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa futuros, que decorram do cumprimento dos contratos comercializados de planos de saúde e odontológico, com preço preestabelecido.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, registro de provisões adicionais aos passivos já registrados na data-base.

Nota 35 – TAOEF

Em resposta ao Ofício nº 682/2023/COAOP/GEAOP/GGAME/DIOPE/ANS, que determinou a apresentação de soluções concretas para as anormalidades econômico-financeiras identificadas, em agosto de 2023 a Operadora protocolou na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS o Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras – TAOEF.

O prazo de vigência do TAOF é de 48(quarenta e oito) meses e tem como objetivo adequar o Capital Circulante Líquido as exigências do órgão regulador.

Ao final do exercício de 2025 a Operadora adequou a sua estrutura econômica as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS."

Nota 36 – Efeitos Tributários – Reforma e Benefícios Tributários

Reforma Tributária

A publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a edição da Lei Complementar nº 214/2025 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo, com a substituição de tributos existentes pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Além disso, o novo modelo institui o Imposto Seletivo (IS), objetivando desestimular o consumo de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A Operadora avaliou o impacto da Reforma Tributária em suas operações, não identificando qualquer necessidade de mudanças nas estimativas que serviram de base para mensurar ativos e passivos em suas Demonstrações Contábeis findas em 31 de dezembro de 2025.

Redução de Incentivos e Benefícios Tributários

A Lei Complementar nº 224/2025 (LC nº 224/2025), dispõe sobre a redução de incentivos e benefícios federais de natureza tributária, financeira ou creditícia discriminados no demonstrativo de gastos tributários anexo à Lei Orçamentária Anual de 2026.

Referida redução de incentivos e benefícios fiscais não se aplica a imunidades constitucionais e a isenções usufruídas por entidades sem fins lucrativos qualificadas nos termos da Lei nº 9.790/1999 – Lei das OSCIPs – e da Lei nº 9.637 /1998 – Lei das Organizações Sociais.

As demais entidades sem fins lucrativos que não se enquadram na regra de exclusão ficam sujeitas à tributação em situações antes abrangidas por isenções, em alíquota correspondente a 10% (dez por cento) da alíquota do sistema padrão de tributação de cada tributo, a depender do tributo em questão.

A Entidade informa que goza da imunidade constitucional, possuidora do CEBAS e, portanto, entende que não haverá impacto da LC nº 224/2025 em suas operações que necessitem rever as premissas atuariais para fins de formação de preço dos produtos oferecidos aos seus beneficiários.

Nota 37 - Relevância das Informações Contábeis-Financeiras

A Administração da Associação apresenta através deste Relatório, o conjunto das Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas. As principais informações consideradas relevantes apresentam um melhor detalhamento que consideramos ser suficiente para o entendimento de seus usuários e necessário para um processo decisório.

São Paulo, 19 de fevereiro 2026.

Valdir Pereira Ventura
Presidente do Conselho Deliberativo

Elizabeth Popp Leme
Contadora
CRC 1SP14901203

*** **

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO**, em cumprimento das disposições legais e estatutárias (item IV, do artigo 29), examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela empresa Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes, datado de 20 de fevereiro de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina de forma favorável que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

Assinam o presente Parecer os seguintes Conselheiros Fiscais

Flávio Lacerda Amendola

Lucas Basta

Paulo Nicolino de Freitas

São Paulo, 2 de fevereiro de 2026.

Ao

Presidente Valdir Ventura

Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão

A **ASSISTANTS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, devidamente registrada junto ao Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) sob o nº 68, como responsável técnica pelos cálculos atuariais da carteira de produtos de saúde suplementar da **ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E FILANTROPIA SÃO CRISTÓVÃO**, assim como pela estimação de valores das respectivas provisões técnicas exigidas pela legislação vigente e pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, declara:

O valor da Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados, exigido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, vem sendo registrado mensalmente pela Operadora, de acordo com as Notas Técnicas Atuariais emitidas pela ASSISTANTS, conforme demonstrativo abaixo:

Mês Referência	Eventos Avisados (incluindo SUS) R\$	NT – PEONA R\$
Jan/25	55.913.550,55	14.894.773,85
Fev/25	56.415.394,35	14.812.412,69
Mar/25	57.786.191,34	14.871.982,42
Abr/25	57.596.133,40	14.518.150,15
Mai/25	58.241.856,98	14.233.959,50
Jun/25	58.636.902,62	14.043.238,79
Jul/25	57.604.508,89	13.493.376,17
Ago/25	59.255.508,68	13.045.248,24
Set/25	61.755.135,44	10.413.717,94
Out/25	61.467.201,09	10.007.830,80
Nov/25	57.194.304,77	9.902.386,76
Dez/25	59.521.113,90	10.188.937,32

Os valores dessas provisões constantes das peças contábeis da Operadora, relativas ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2025**, refletem, com razoabilidade, as estimações técnicas atuariais realizadas pela ASSISTANTS e refletidas nas respectivas Notas Técnicas emitidas.

Andrea Mente

Assinado de forma digital
por Andrea Mente
Dados: 2026.02.02 21:46:42
-03'00'

ASSISTANTS ASSESSORIA, CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Andrea Mente

Actuarial Partner
MIBA 1088

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Administradores da

Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão (“Associação”), que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Beneficência e Filantropia São Cristóvão em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 29 às Demonstrações Contábeis, que descreve sobre os possíveis efeitos da Reforma Tributária e da Redução de Incentivos e Benefícios Tributários. Nossa opinião não contém ressalva sobre esse assunto.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse Relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a Auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso Relatório de Auditoria para as respectivas

divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso Relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2026.

ANGELA ZECHINELLI

ALONSO:01425557899

Assinado de forma digital por

ANGELA ZECHINELLI

ALONSO:01425557899

Dados: 2026.02.26 16:59:05 -03'00'

Angela Zechinelli Alonso

Contadora CRC 1SP126226/O-9

CNAI nº 426

Alonso, Barretto & Cia. – Auditores Independentes

CRC 2SP013232/O-3